

# AS RAÍZES DO CRIME AMBIENTAL NA AMAZÔNIA COLOMBIANA



...squeta);  
...front (Putumayo)  
...production from the  
...processing, and the  
...La Constru, a network  
...wing paramilitary groups,  
...heavy presence in Putumayo.  
...with the ex-FARC 48<sup>th</sup>  
...factors connect the small-scale  
...cocoa crops in an impoverished  
...Colombia's Amazon to national  
...markets for cocaine. But, as in  
...driving deforestation, it is the  
...groups that profit most.

...ex-FARC Mafia's 1<sup>st</sup> and 48<sup>th</sup>  
...appear to be directly involved in  
...the region. They do, however,  
...need to be transported through  
...col. A timber trafficking  
...Ecological Forest Conservation  
...dedicated to the  
...and their habitats,  
...lands are controlled  
...via river or  
...group

...be an proxy  
...of criminal networks  
...may be contractors or  
...who interact with the crim  
...further up the supply cha

The labor force is frequ  
...informal workers rather  
...also be victims of  
...or suffering hum  
...the lowest run

...for la  
...under  
...are m

# Introdução à série de estudos “Mapeando o crime ambiental na Bacia Amazônica”

A série de estudos “Mapeando o crime ambiental na Bacia Amazônica” busca compreender a dinâmica contemporânea do crime ambiental na Bacia Amazônica e gerar recomendações a um conjunto de atores envolvidos no combate ao crime ambiental em nível local, nacional e regional.

A Bacia Amazônica se estende por oito países (Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela) e um território (Guiana Francesa). Nos últimos anos, cientistas e especialistas desenvolveram progressivamente uma compreensão sólida das dinâmicas do desmatamento e degradação na região e das maneiras pelas quais os atores econômicos exploram os recursos da floresta sob diferentes regimes de autorização. Esta série de estudos lança luz sobre uma dimensão menos explorada do fenômeno: o papel desempenhado por atores e economias ilegais no desmatamento.

Sem minimizar o contínuo impacto socioambiental das atividades econômicas autorizadas e/ou lícitas sobre a floresta amazônica e seus povos, esta série de quatro estudos traça um quadro ainda mais complexo. Ela revela os contornos espaciais e temporais de categorias específicas de crime ambiental e suas relações com as economias legais, bem como com outros tipos de crimes e violência social. Revela também a economia política subjacente aos mercados criminais, as características organizacionais dos grupos criminosos e seu conluio com órgãos governamentais. Os estudos destacam

ainda o histórico de medidas adotadas pelos países da região para dismantelar redes criminosas em toda a Bacia Amazônica que diversificaram suas economias ilícitas por meio de crimes ambientais.

Os estudos expõem ainda como os atores lícitos e ilícitos interagem e alimentam o crime e a degradação ambiental em tempos de emergência climática, bem como de mudanças sócio-políticas aceleradas em toda a região. Os documentos descrevem um panorama complexo de, por um lado, crescente atenção e ação por parte de alguns atores governamentais e estatais para combater o crime ambiental nos últimos anos, principalmente para reduzir o desmatamento e a mineração ilegal. E, por outro, tentativas de enfraquecimento das salvaguardas ambientais e regulamentações fundiárias existentes, em que elites políticas e econômicas são cúmplices ou omissas em relação à destruição da floresta amazônica.

Esta série foi financiada pelo governo da Noruega no âmbito do projeto plurianual (2019-2022) “*Mapping Environmental Crime in the Amazon Basin: From Diagnosis to Policy Recommendations*”, liderado pelo Instituto Igarapé. Três estudos foram comissionados pelo Instituto Igarapé ao InSight Crime, uma organização sem fins lucrativos que realiza reportagens, pesquisas e investigações *in loco* sobre questões relacionadas ao crime organizado na América Latina e no Caribe.

# As raízes do crime ambiental na Amazônia colombiana

O presente estudo sobre a Colômbia foi liderado pelo InSight Crime. Os resultados e análises são baseados em pesquisa documental, trabalho de campo na cidade de Leticia (Amazonas, Colômbia) e entrevistas por telefone realizadas entre 2019 e 2021 com especialistas em crimes ambientais, funcionários do governo, membros de organizações internacionais e membros de comunidades locais.

O documento fornece um panorama da complexa teia de atores (estatais e não estatais) e das relações que alimentaram o crime ambiental na Amazônia colombiana na última década. Mais do que um diagnóstico e respostas já finalizados, o estudo deixa em aberto uma série de novas questões e oportunidades de intervenção. Enfatiza, por exemplo, os desafios enfrentados por atores nacionais e regionais para lidar com o número crescente de plantações ilegais de coca na Colômbia e sua interface cada vez mais significativa com a mineração ilegal de ouro como modo de diversificar suas economias criminosas com riscos menores e maior lucratividade. Neste sentido, mostra que esta dinâmica transnacional do crime ambiental na Colômbia (e em todos os países amazônicos) exige mais cooperação regional.

O estudo também ilustra a importância do nexos entre clima e segurança na Colômbia. Embora não discuta explicitamente o Processo de Paz colombiano, reforça os alertas recentes da comunidade científica global exortando a implementação do mesmo e, em particular, de seus componentes ambientais para proteger a Bacia Amazônica. Mostra, além disso, que os caminhos para alcançar uma paz duradoura na Colômbia e para que o país cumpra com o Acordo de Paris estão cada vez mais interligados. Esse nexos continuará sendo uma questão estratégica para a Colômbia e seguirá necessitando de contínuos e aprofundados esforços de pesquisa e de priorização política regional nos próximos anos.

# Sumário

Sumário executivo .....	1
Glossário de atores.....	4
Desmatamento na Amazônia colombiana: delineando o problema .....	7
Explorando a mineração ilegal na Amazônia colombiana.....	20
Um comércio grandioso: <i>insights</i> sobre o tráfico de animais silvestres na Amazônia colombiana.....	27
Corrupção em todas as etapas: atores jurídicos encontram redes criminais .....	35
Resiliência do Estado .....	39
Conclusões e oportunidades de intervenção ...	45
Notas finais.....	50

# AS RAÍZES DO CRIME AMBIENTAL NA AMAZÔNIA COLOMBIANA

## Sumário executivo\*

Emergindo de quase seis décadas de conflito civil, o produtor número um de cocaína do mundo deu pouca atenção aos crimes ambientais. A Colômbia é uma das nações com maior biodiversidade do planeta, ostentando desde florestas tropicais e desertos a savanas abertas e ecossistemas montanhosos.<sup>1</sup> O país também é palco de uma grande variedade de crimes ambientais, raramente denunciados.

O sudeste da Colômbia faz parte da Bacia Amazônica. Suas exuberantes selvas nunca foram controladas pelo governo central e têm sido o local de refúgio e de preservação de grupos armados não estatais. O país possui cerca de 60 milhões de hectares de floresta, o que significa que mais da metade de seu território é coberto por árvores.<sup>2</sup> A Colômbia tem a terceira maior área florestal da América do Sul, atrás apenas do Brasil e do Peru. Também possui a quinta maior área de floresta primária do continente, e grande parte dela se encontra na Bacia Amazônica.<sup>3</sup>

Enquanto a nação Andina luta contra uma ampla gama de desafios relacionados à pandemia e à insegurança, a prevalência do crime ambiental e sua relevância como fonte de renda para alguns dos grupos criminais mais poderosos do país estão se tornando aparentes. O governo colombiano está ciente da crescente importância do crime ambiental e o considerou uma ameaça à segurança nacional.<sup>4</sup> No entanto, essa designação ainda não se traduziu em uma política coerente e consistente para enfrentar as muitas facetas do problema.

Por décadas, uma das facções beligerantes mais poderosas do país, as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (*Fuerzas Armadas Revolucionarios de Colombia - FARC*) atuaram como guardiãs *de facto* de grande parte da selva virgem do país, situada na região sul, onde se escondiam dos inimigos durante o combate.<sup>5</sup>

---

\* Este documento foi produzido pelo InSight Crime em parceria com o Instituto Igarapé. Os resultados e análises são baseados em pesquisa documental, trabalho de campo realizado pela equipe InSight Crime na cidade de Leticia, no Amazonas, Colômbia, em junho de 2019, e entrevistas telefônicas realizadas entre setembro de 2020 e junho de 2021. Mais de 40 pessoas foram entrevistadas, incluindo especialistas em crimes ambientais, funcionários do governo, membros de organizações internacionais e membros de comunidades locais. Alguns foram mantidos anônimos para sua proteção. O documento foi escrito originalmente em inglês.

Com a desmobilização das FARC em 2016, o desmatamento acelerou para níveis recordes. Em 2017, 219.973 hectares foram desmatados na Colômbia, um aumento de 23% em relação ao ano anterior.<sup>6</sup> Isso marcou um salto significativo dos 120.933 hectares de floresta desmatados em 2013, quando o Instituto de Hidrologia, Meteorologia e Estudos Ambientais da Colômbia (Instituto de Hidrología, Meteorología y Estudios Ambientales - IDEAM), encarregado de gerenciar dados técnicos e científicos sobre o meio ambiente, começou a produzir seu relatório anual de monitoramento do desmatamento.<sup>7</sup> Hoje integrantes das FARC que saíram do processo de paz, denominadas aqui de *ex-FARC Mafias*, são quem participam de forma mais ativa em crimes ambientais na região amazônica, presente não só na Colômbia, mas no estado vizinho Amazonas, na Venezuela.<sup>8</sup>

Embora crimes ambientais não sejam sempre levados a cabo por grandes organizações criminosas, na Colômbia, devido à presença de sofisticadas redes criminais do narcotráfico e de grupos armados não estatais, o envolvimento desses atores é predominante. Isso significa que o crime ambiental faz parte de um portfólio mais amplo para esses atores. Alguns deles, incluindo grupos armados não estatais, desafiaram um governo apoiado pelos Estados Unidos por mais de cinco décadas e, portanto, são extremamente difíceis de combater. Dessa forma, a resiliência e a escala dos crimes ambientais são altas, enquanto o leque de opções do governo para combatê-los tem se mostrado, até agora, limitado. Por terem que lidar com uma série de ameaças, o crime ambiental está no final da lista de prioridades do governo e das forças de segurança, e as ferramentas legais para lidar com essas atividades ilegais costumam ser rudimentares e pouco utilizadas.

O desmatamento tem muitos motores diferentes e tem afetado cada vez mais a Amazônia colombiana. Uma das causas, junto à exploração madeireira, é a mineração ilegal, principalmente de ouro, que se concentra em depósitos aluviais e acompanha inúmeros

cursos de água da Colômbia, espalhando mercúrio e outros impactos sociais e de saúde em seu rastro. A mineração de ouro aluvial no país está em ascensão. Dados do Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC) publicados no final de 2020 revelaram que, enquanto a mineração aluvial de ouro — tanto legal quanto ilegal — afetou cerca de 92.046 hectares em 2018, esse número subiu para 98.028 em 2019.<sup>9</sup> Em 2016, apenas 83.620 hectares foram afetados pela atividade.<sup>10</sup> O UNODC acrescentou que dois terços de toda a mineração de ouro aluvial na Colômbia são ilegais.<sup>11</sup> Parte dessa atividade afetou os departamentos da Amazônia colombiana de Amazonas, Guainía, Caquetá, Putumayo, Vaupés e Guaviare.<sup>12</sup>

O longo comércio de narcóticos, construído principalmente em torno da cocaína, junto com as plantações de papoula e maconha, coexiste com a derrubada de florestas e o estabelecimento de cultivo de drogas. Em 2019, mais de 33.000 hectares de plantações de coca foram cultivados na região amazônica da Colômbia.<sup>13</sup> Isso marcou um declínio em relação ao número de 2018 de cerca de 43.287 hectares, mas mostrou que o cultivo ilícito ainda é o principal fator de desmatamento na região.<sup>14</sup>

Por outro lado, os produtos químicos usados para transformar as folhas de coca em cocaína, como a gasolina, o permanganato de potássio e o ácido sulfúrico, estão envenenando a terra e o abastecimento de água.<sup>15</sup> Com base nos dados de níveis de produção atuais e de degradação ambiental de 2013,<sup>16</sup> a degradação total estimada de matéria orgânica — compostos à base de carbono encontrados em ambientes naturais e artificiais, terrestres e aquáticos — hoje equivaleria a 269 toneladas.<sup>17</sup>

O tráfico ilegal de animais também está ganhando escala industrial. Mais de 50.000 espécies de animais registradas vivem na Colômbia, tornando-a o segundo país com

maior diversidade biológica do mundo, de acordo com o Ministério do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Minambiente).<sup>18</sup> Grande parte dessa biodiversidade se concentra na região amazônica, encontrada entre as densas selvas dos departamentos do Amazonas, Caquetá, Guaviare, Putumayo, Vaupés e Guainía.<sup>19</sup>

Para fins analíticos, o estudo dos atores por trás das três categorias de crimes ambientais considerados neste artigo — desmatamento, mineração e tráfico de animais — será dividido em quatro camadas: redes criminais e empresariais, grupos armados não estatais, força de trabalho e facilitadores/atores legais.

As redes criminais e empresariais estão no topo da cadeia, financiando e orquestrando crimes ambientais. Eles possuem a maior influência e poder econômico em uma determinada atividade e muitas vezes agem nas sombras, como “invisíveis”. Enquanto isso, os grupos armados não estatais trabalham com as redes criminais e empresariais para supervisionar as operações que impulsionam o desmatamento na região. Eles incluem grupos de guerrilheiros e redes derivadas de grupos paramilitares, que hoje se financiam sobretudo com atividades ilícitas. Já os habitantes locais atuam como “força de trabalho” e recebem pouco para fornecer trabalho manual para tarefas básicas, como cortar ou queimar árvores, exercendo a menor influência na cadeia.

Quase todas as diferentes facetas do crime ambiental dependem fortemente da corrupção das forças de segurança, autoridades locais, autoridades ambientais e, finalmente, dos agentes alfandegários e de fronteira.

Há, por fim, os facilitadores/atores legais que são autoridades públicas corruptas ou empresas legalmente constituídas que facilitam o cometimento de crimes ambientais por meio de atos irregulares ou ilegais.

A Colômbia é o país onde a interseção entre o crime ambiental e as estruturas criminais é mais marcante. Há poucas soluções rápidas, já que os grupos criminais desafiam o governo há meio século, e na região amazônica seus impactos ambientais são maiores do que nunca. Esse desafio é agravado, em muitos casos, pois aqueles que orquestram os crimes ambientais trabalham nas sombras, usando a corrupção em seu benefício.

A longo e médio prazo, diferentes esforços devem ser feitos para garantir que as comunidades locais tenham incentivos para rejeitar o envolvimento em crimes ambientais. Os esforços anticorrupção devem ser priorizados para combater as redes dedicadas ao tráfico de madeira, grilagem de terras, mineração ilegal e tráfico de animais silvestres. Paralelamente, deve-se oferecer treinamento técnico periódico para policiais ambientais, promotores e juizes para o combate a tais atividades. Finalmente, deve-se buscar maior cooperação com agências internacionais, outros países e o setor privado para combater o crime ambiental na região amazônica da Colômbia.

---

*“A Colômbia é o país onde a interseção entre o crime ambiental e as estruturas criminais é mais marcante.”*

---

# Glossário de atores

## **Frente Acácio Medina**

Grupo armado não estatal formado por dissidentes das FARC liderados por Géner García Molina, conhecido como “Jhon 40”, com presença sólida nos departamentos de Vichada e Guainía.<sup>20</sup>

---

## **Apropriadores**

Elites econômicas ou políticas nacionais, regionais ou locais que financiam e orquestram a grilagem de terras de maneira clandestina. Os apropriadores pagam a grupos armados não estatais e à população local para ajudá-los a reivindicar ilicitamente terras protegidas.

---

## **Corporações Regionais Autônomas para o Desenvolvimento Sustentável (CARs)**

Supervisionadas pelo Ministério do Meio Ambiente da Colômbia, as CARs são órgãos públicos regionais responsáveis por administrar o uso dos recursos naturais em sua área de jurisdição e promover o desenvolvimento sustentável em todo o país.

---

## **Corretores**

Intermediários que contatam caçadores locais para comprar espécies vivas e partes de animais em nome de redes criminais e empresariais dedicadas ao tráfico de animais silvestres.

---

## **Capineiros**

Moradores locais contratados para cortar e queimar árvores para abrir caminho para a grilagem de terras e o cultivo de coca.

---

## **Cocaleros (agricultor de coca)**

Produtores de coca em pequena escala, que também podem estar envolvidos no processamento da folha de coca em pasta base.

---

## **Corporação para o Desenvolvimento Sustentável do Sul da Amazônia (Corporación para el Desarrollo Sostenible del Sur de la Amazonia - Corpoamazonia)**

Órgão ambiental regional descentralizado encarregado de administrar e monitorar os recursos naturais da região amazônica na Colômbia. Uma das Corporações Regionais Autônomas para o Desenvolvimento Sustentável do país, supervisionada pelo Ministério do Meio Ambiente.

---

## **Redes criminais e empresariais**

Redes e indivíduos financiando e orquestrando crimes ambientais ao longo de toda sua cadeia. Eles exercem a maior influência e poder econômico nessas atividades e, muitas vezes, agem na clandestinidade como “invisíveis”. Podem não controlar o território e não são necessariamente reconhecidos como uma estrutura criminosa.

---

## **Corteros (cortadores)**

A população local paga para derrubar árvores em nome dos traficantes de madeira.

<b>Ex-1ª Frente das FARC</b>	O mais importante dos grupos armados não estatais formados por dissidentes das FARC. Conseguiu criar alianças com outros grupos criminais, especialmente em torno de sua base operacional no sudeste da Colômbia, bem como ao longo das fronteiras com a Venezuela, Brasil e Equador. Presente em todos os departamentos amazônicos da Colômbia. <sup>21</sup>
<b>Ex-7ª Frente das FARC</b>	Grupo armado não estatal formado por dissidentes das FARC com forte presença nos departamentos Meta, Guaviare e Caquetá.
<b>Ex-16ª Frente das FARC</b>	Grupo armado não estatal formado por dissidentes das FARC presentes no departamento de Vichada.
<b>Ex-48ª Frente das FARC</b>	Grupo armado não estatal formado por dissidentes das FARC com presença forte no departamento de Putumayo. Aliado da La Constru, formam parte de um novo grupo chamado Los Comandos de la Frontera. <sup>22</sup>
<b>Ex-62ª Frente das FARC</b>	Grupo armado não estatal formado por dissidentes das FARC presentes no departamento de Caquetá.
<b>Ex-Frente Amazônia das FARC</b>	Grupo armado não estatal formado por dissidentes das FARC presentes na região amazônica da Colômbia. Aliado da ex-1ª Frente das FARC.
<b>Exportadores</b>	Empresários que utilizam meios legais para a comercialização ilegal de produtos de fauna ou de origem animal e para o tráfico de animais para fora da região. Geralmente elites políticas ou econômicas.
<b>Facilitadores/Atores legais</b>	Pessoas ou redes que utilizam a corrupção para garantir o bom andamento dos crimes ambientais. Frequentemente, são funcionários públicos ou autoridades estaduais encarregadas de proteger os recursos naturais.
<b>Fixers (ajudantes)</b>	Pequenos empresários que coordenam o transporte e a venda ilícita de madeira, muitas vezes por meio de plataformas de mídia social.
<b>Gasteros (gastadores)</b>	Consulte “Patrones”.
<b>Caçadores</b>	População local paga para caçar ou capturar animais selvagens cobiçados por redes criminais.
<b>Proprietários intermediários</b>	Indivíduos contratados por apropriadores e grupos armados não estatais para ocupar terras reivindicadas ilegalmente, cuidar do gado e semear no território.
<b>Invisíveis</b>	Elites políticas ou econômicas que orquestram e financiam um determinado crime ambiental clandestinamente. Eles podem estar em cargos públicos ou agir como empresários na legalidade em paralelo aos seus empreendimentos ilícitos.

**La Constru**

Uma agência de cobrança de dívidas que surgiu como a principal organização do narcotráfico no departamento de Putumayo, no sudoeste da Colômbia. Aliado da Ex-48ª Frente das FARC.

**Força de Trabalho**

População local que pode se envolver no crime ambiental por falta de alternativas econômicas e por ser ameaçada por grupos criminosos locais. Eles fornecem o trabalho manual para tarefas básicas, como extração de madeira e plantio de coca. Podem ser funcionários — mas não necessariamente membros — de redes criminais e grupos armados não estatais. Podem também ser contratados ou trabalhadores independentes que interagem com os atores criminosos que operam mais acima na cadeia de abastecimento. Frequentemente, são mais representativos dos trabalhadores informais do que dos grupos criminais.

**Mineiros**

Pessoas locais ou migrantes que extraem minerais por um pagamento muito baixo, geralmente em nome de redes criminais.

**Monteros (rastreadores)**

Pessoas locais contratadas para obter e identificar espécies cobiçadas de madeira em nome dos traficantes de madeira.

**Grupos armados não estatais**

Associações criminosas organizadas claramente definidas, incluindo milícias e grupos guerrilheiros financiados principalmente por atividades ilícitas. Um grupo armado não estatal) geralmente tem um nome conhecido, liderança definida, controle territorial e associação identificável. Os grupos armados não estatais com frequência formados por dissidentes das FARC na Amazônia colombiana. Em um contexto de crime ambiental, muitas vezes colaboram com outras redes criminais, usando a violência e a capacidade militar em seu benefício.

**Patrones (chefes)**

Chefes que orquestram e financiam a extração ilegal de madeira ou a mineração ilegal. Também conhecidos como *gasteros* (gastadores) ou apoderados (procuradores).

**Raspachines  
(colhedores de coca)**

Trabalhadores locais que colhem folhas de coca, normalmente por um baixo salário.

**Forças Armadas  
Revolucionárias  
da Colômbia (*Fuerzas  
Armadas Revolucionarias  
de Colombia - FARC*)**

O grupo guerrilheiro mais importante do Hemisfério Ocidental que operou em toda a Colômbia em busca de recursos para financiar sua insurgência. Eles concordaram em encerrar sua guerra de 52 anos contra o governo colombiano em agosto de 2016, como parte de um processo de paz iniciado em 2012.<sup>23</sup>

**Fornecedores**

Empresários que trabalham para fornecer as ferramentas necessárias para que uma atividade ilegal ocorra (ou seja, motosserras para cortar árvores antes da grilagem; caminhões para transportar madeira derrubada ilegalmente).

**Transportadores**

Indivíduos ou pequenos grupos que transportam animais selvagens capturados ilegalmente ou recursos naturais obtidos ilicitamente de um lugar para outro.

# Desmatamento na Amazônia colombiana: delineando o problema

O desmatamento é a face mais visível do crime ambiental na Amazônia colombiana. Por volta de 2016, as florestas da região registraram uma aceleração da ocupação e da destruição. De acordo com o IDEAM, em 2013, quando a agência começou a produzir seu relatório anual de monitoramento do desmatamento, apenas 120.933 hectares de floresta estavam devastados.<sup>24</sup> No entanto, em 2017, um recorde de 219.973 hectares foi desmatado na Colômbia, caracterizando um aumento de 23% em relação a 2016.<sup>25</sup>

Desde então, as taxas de desmatamento se estabilizaram, caindo para 197.159 hectares de floresta perdidos em 2018, e pouco menos de 158.894 hectares destruídos no ano seguinte.<sup>26</sup> No entanto, em 2020, esse número aumentou novamente em 8%, quando 171.685 hectares de floresta foram destruídos.<sup>27</sup> A Amazônia do país continua a ser alvo de quem lucra com a extração ilegal de madeira, grilagem de terras e cultivos ilícitos. Entre 2012 e 2017, apenas nos departamentos amazônicos de Caquetá, Putumayo e Amazonas, foram destruídos 359.223 metros cúbicos de árvores.<sup>28</sup>

Quatro dos departamentos mais afetados pelo desmatamento na Colômbia (Caquetá, Meta, Guaviare e Putumayo) estão localizados na Amazônia, que abriga 66% das florestas do país. Enquanto em 2018 138.176 hectares de floresta foram destruídos em toda a região, no ano seguinte essa área caiu para 98.256 hectares. Em

2020, esse número aumentou novamente: 109.302 hectares foram perdidos. Entre julho e setembro de 2020, 60% do desmatamento total que afetou a Colômbia concentrou-se na região amazônica.<sup>29</sup> Meta sozinho perdeu 35.556 hectares de floresta em 2020, seguida de perto por Caquetá, onde cerca de 32.522 hectares foram desmatados.<sup>30</sup>

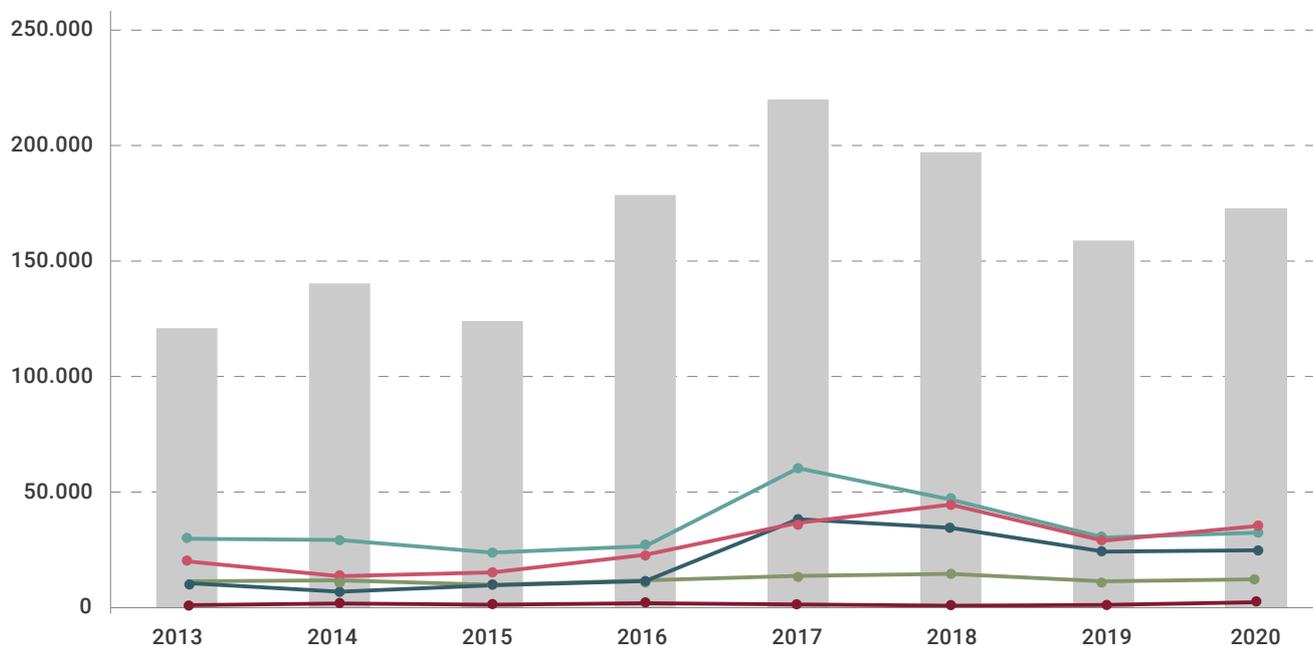
O crescente desmatamento nos departamentos amazônicos do país desde 2016 pode ser explicado, pelo menos em parte, pela saída das FARC das selvas da região, após o acordo de paz assinado com o governo.<sup>31</sup> Embora esse não tenha sido o único fator por trás do aumento do desmatamento, ele é significativo. Antes de 2016, os guerrilheiros desencorajavam ativamente as atividades que levavam à destruição das florestas, local em que se escondiam por fornecer uma vantagem estratégica ao exército guerrilheiro.<sup>32</sup>

---

*“Entre julho e setembro de 2020, 60% do desmatamento total que afetou a Colômbia concentrou-se na região amazônica.”*

---

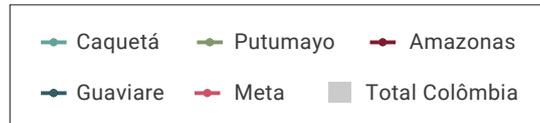
# Taxa de desmatamento (ha) na Colômbia 2013 – 2020



Fonte: IDEAM

Visualização: [insightcrime.org](https://insightcrime.org)

Maio 2021

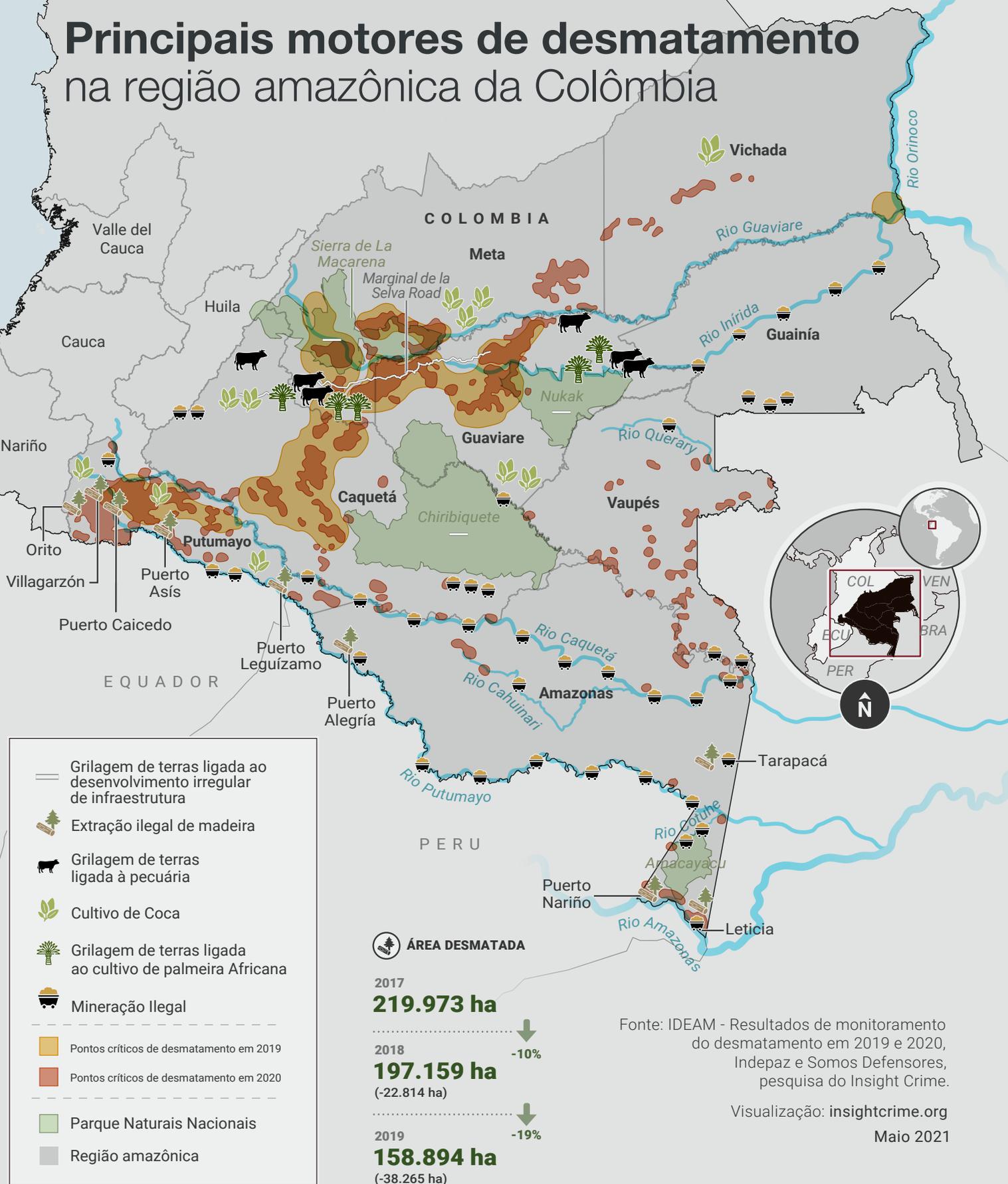


A partir de 2016, no entanto, as tropas guerrilheiras começaram a se retirar, abrindo territórios protegidos em toda a região amazônica, como o Parque Nacional Natural de Tinigua, para criadores de gado e uma nova onda de colonos que conseguiram se mudar para a região a medida que o conflito no local diminuía.<sup>33</sup> Em alguns casos, dissidentes das FARC que se recusaram a se desmobilizar passaram a praticar a extração ilegal de madeira e grilagem de terras para complementar a renda obtida com o tráfico de drogas.<sup>34</sup> Essas atividades continuam a alimentar o desmatamento.

## Principais motores do desmatamento

O IDEAM reconhece sete motores do desmatamento total na Colômbia. Estes incluem: i) praderización, ou desmatamento para pastagens, ii) desenvolvimento irregular de infraestrutura; iii) a expansão das atividades agrícolas em áreas proibidas; iv) pecuária extensiva; v) cultivo ilícito; vi) extração ilegal de madeira e vii) mineração ilegal.<sup>35</sup> Cada fator de desmatamento reconhecido pelo IDEAM — com exceção da extração ilegal de madeira e mineração — mantém fortes vínculos com a grilagem de terras.<sup>36</sup>

# Principais motores de desmatamento na região amazônica da Colômbia



## Grilagem de terras

A grilagem de terras normalmente consiste na compra ou arrendamento de grandes áreas de terras por entidades externas como governos ou corporações, geralmente para facilitar a produção de alimentos.<sup>37</sup> Embora em alguns casos a atividade use brechas legais, com frequência é simplesmente ilegal. Na região amazônica da Colômbia, a grilagem de terras visa principalmente territórios de propriedade inalienável do Estado (reservas florestais, parques nacionais, reservas indígenas), que não podem ser legalmente apropriados de nenhuma forma.<sup>38</sup> Os departamentos de Meta, Guaviare e Caquetá foram os principais afetados por essa atividade, com o Parque Nacional Tinigua, as savanas Yará e a Reserva Natural Nacional Nukak sendo invadidos constantemente.

A atividade desenvolve-se em três etapas: desmatamento, ocupação e comercialização. A fase de desmatamento geralmente começa quando uma estrada é aberta em um local estratégico, como a pista ilegal de 138 quilômetros que liga os municípios amazônicos de Calamar e Miraflores, em Guaviare.<sup>39</sup> A população local corta e queima a flora em uma área de proteção designada nas proximidades. Frequentemente, várias motosserras são usadas simultaneamente para limpar os rastros na floresta amazônica.<sup>40</sup>

Em seguida, as terras reivindicadas ilegalmente são ocupadas ou nela se instalam atividades produtivas. Novas casas são estabelecidas em parques nacionais como Tinigua,<sup>41</sup> o gado é criado em reservas indígenas e o óleo de palma africana é cultivado em reservas florestais protegidas para provar que a terra está sendo “ocupada”.<sup>42</sup> Em outros casos, as plantações de coca são cultivadas no território, como tem acontecido dentro da Reserva Indígena Nukak Makú.<sup>43</sup> Uma vez comprovado que o terreno já foi trabalhado por um determinado período de tempo, pode-se reivindicar a posse.<sup>44</sup> Muitas vezes quando uma reivindicação inicialmente ilícita é legalizada, o terreno é vendido.<sup>45</sup>

## Cultivo ilegal

Enquanto isso, o cultivo ilegal nos departamentos amazônicos de Vichada, Putumayo, Guaviare e Caquetá alimenta mercados internacionais de cocaína. O cultivo e o processamento dessas safras estão tendo um impacto ambiental prejudicial em toda a região, à medida que produtos químicos tóxicos usados para processar as drogas poluem rios, e trechos de floresta são derrubados para dar lugar às plantações de coca.

A floresta em terras protegidas é cortada e queimada por habitantes locais contratados por grupos ilegais locais para fazer campos de cultivo. Dissidentes das FARC liderados por Miguel Botache Santillana, conhecido como “Gentil Duarte”,<sup>46</sup> supostamente pagaram às famílias moradoras do Parque Nacional de Tinigua até cinco milhões de pesos (pouco mais de US\$ 1.400) por hectare para criar campos para o cultivo de coca.<sup>47</sup> Em seguida, ordenam que a população local semeie coca, como tem sido em Tinigua.<sup>48</sup>

Quando colhidas, as folhas de coca são transportadas para laboratórios de processamento rudimentares próximos, espalhados por toda a Amazônia colombiana. Essas instalações são conhecidas como “cozinhas” (*cocinas*), onde a folha de coca é transformada em pasta base, a matéria-prima necessária para a produção de cocaína. Em 2020, 267 laboratórios desse tipo foram interceptados por autoridades em todo o departamento amazônico de Caquetá.<sup>49</sup> No local, produtos químicos tóxicos usados para processamento, incluindo gasolina e ácido sulfúrico, costumam ser apreendidos pelas autoridades.<sup>50</sup>

## Extração ilegal de madeira

Assim como o cultivo de coca e a grilagem de terras, a extração ilegal de madeira é galopante nas áreas protegidas. Os madeireiros saqueiam extensões de floresta em territórios indígenas,

parques nacionais e coletivos de camponeses em Putumayo, Amazonas e Caquetá.<sup>51</sup> Eles procuram de tudo, desde madeiras de qualidade mais baixa, como madeira de Sorveira (*Couma macrocarpa*) e Virola (*Licania spp*), até espécies escassas e lucrativas, como cedro (*Cedrus*) e madeira de Tornillo (*Cedrelinga cateniformis*).<sup>52</sup>

Essas atividades contribuem com 10% do desmatamento geral da Colômbia,<sup>53</sup> estimulam a perda de biodiversidade e são o principal motor da degradação florestal,<sup>54</sup> cujos efeitos são cada vez mais visíveis na região amazônica.<sup>55</sup>

Elas se desenvolvem em três etapas: extração, transporte e transformação. Primeiro, membros de comunidades locais derrubam árvores, principalmente em florestas localizadas nos departamentos de Amazonas e Putumayo.

A atividade ocorre onde os rios Putumayo e Cotuhé se encontram no Amazonas, no município de Puerto Nariño, na margem norte do rio Amazonas e no município de Puerto

Alegria, no oeste do Amazonas. A extração ilegal de madeira também foi detectada nas zonas fronteiriças do departamento, inclusive no município de Tarapacá, no sudeste do Amazonas, próximo à fronteira entre Colômbia e Brasil e na cidade de Leticia, na tríplice fronteira da Colômbia com o Brasil e o Peru. Áreas protegidas como o Parque Nacional Natural do Amacayacu, no sudeste do Amazonas, também serviram como pontos de extração.

Quanto a Putumayo, a extração ilegal de madeira afetou vários locais ao longo do rio de mesmo nome. Essas zonas de extração foram encontradas na cidade de Puerto Asís, localizada na margem oeste do rio, no sudoeste de Putumayo, no município de Puerto Caicedo e no município de Puerto Leguízamo, em sua margem norte, próximo à fronteira sul do departamento com o Peru. A atividade também afetou o município de Orito, ao norte da fronteira Colômbia-Ecuador, e o município de Villagarzón, no noroeste de Putumayo.<sup>56</sup>

## Extração de madeira ilegal na região amazônica da Colômbia



Cerca de 186 espécies de madeira extraídas da Amazônia colombiana são vendidas legal e ilegalmente. No entanto, nove espécies cobiçadas representam metade de toda a madeira comercializada quando medida em termos de volume. Os três tipos principais de madeira comercializados são Cedrorana ou Achapo (*Cedrelinga catenaeformis*), Virola ou Sangre Toro (*Virola sebifera*) e Sorveira ou Perillo (*Couma macrocarpam*).<sup>57</sup>

## Principais espécies de madeira extraídas da Amazônia colombiana (2012-2017)

Nome popular	Nome científico	Volume bruto em metros cúbicos	Volume bruto em %
Cedrorana	<i>Cedrelinga catenaeformis</i>	29.450,8	8,2%
Virola	<i>Virola sebifera, Virola sp.</i>	28.428,0	7,9%
Sorveira	<i>Couma macrocarpam</i>	24.197,3	6,7%
Canela-branca	<i>Nectandra sp.</i>	18.542,9	5,1%
Canela-sassafrás	<i>Ocotea sp.</i>	18.221,0	5,0%
Ingá-feijão	<i>Inga marginata, Inga sp.</i>	17.962,1	5,0%
Tamarina	<i>CHymenaea oblongifolia, Dialium guianensis</i>	17.768,2	4,9%
Marupá	<i>Simarouba amara</i>	16.879,3	4,7%
Abiu	<i>Pouteria sp.</i>	15.181,1	4,2%
Cedrinho	<i>Qualea acuminata, Erisma uncinatum</i>	11.123,0	3,1%

Fonte: Agência de Investigação Ambiental, 2019

Visualização: [insightcrime.org](http://insightcrime.org)

Maio 2021

Por meio do uso de permissões de trânsito, conhecidas como salvo-condutos, ou *condutas seguras*, a madeira chega aos centros de coleta primeiro na região amazônica e depois nas maiores cidades da Colômbia, viajando por terra ou a bordo de navios que cruzam os rios Amazonas e Putumayo.<sup>58</sup>

Por fim, a madeira é enviada para serrarias primárias e usinas de transformação secundária, onde suas origens ilícitas na Amazônia são ocultadas. Nas serrarias primárias, a madeira é serrada em vigas e tábuas. Por sua vez, nas usinas de processamento secundário, ela é transformada em um produto final — como mesas ou cadeiras de madeira — pronto para ser vendido legalmente.<sup>59</sup>

“Quando a madeira entra nas serrarias é praticamente impossível determinar sua origem ilegal”, afirma Rubén Darío Moreno, especialista do departamento da Corporación Regional Autónoma para o Desenvolvimento Sustentável de Risaralda, órgão público encarregado da gestão do uso de recursos naturais, incluindo madeira.<sup>60</sup> “Daquele ponto em diante, a madeira obtida ilegalmente é considerada madeira legal”.

A madeira adquirida ilegalmente na Amazônia colombiana encontra seu caminho nos mercados domésticos e internacionais legais, onde é usada na construção civil ou vendida em forma de móveis.<sup>61</sup> As espécies sofisticadas são particularmente procuradas, pois são mais duráveis e resistentes ao ataque de fungos e insetos.<sup>62</sup>

Mais de 90% da madeira proveniente da Colômbia é usada internamente, embora uma pequena porcentagem abasteça os mercados internacionais.<sup>63</sup> Nesses casos, a madeira é levada para portos como Buenaventura, na costa do Pacífico,<sup>64</sup> e de lá é transportada para os Estados Unidos, Índia e para a China,<sup>65</sup> maior importador mundial de madeira.<sup>66</sup>

Os principais produtos madeireiros exportados para fora do país são tábuas e madeira tropical serrada. Isso ocorre apesar das regulamentações nacionais que proíbem a exportação de madeira que não passou por fábricas de processamento secundário.<sup>67</sup>

---

*“Por meio do uso de permissões de trânsito, conhecidas como salvo-condutos, ou condutas seguras, a madeira chega aos centros de coleta primeiro na região amazônica e depois nas maiores cidades da Colômbia.”*

---

## Escondidos nas sombras? Os atores que alimentam o desmatamento

Em cada etapa, crimes ambientais como grilagem, cultivo de coca e extração ilegal de madeira contam com a participação de diversos atores. Grupos e indivíduos com motivações diversas estão envolvidos, desde o fazendeiro local que corta árvores no quintal de seu vizinho até o governante com recursos que financia o desmatamento em parques nacionais. Nem todos os crimes ambientais que alimentam o desmatamento na Amazônia colombiana são dirigidos pelo crime organizado. No entanto, o crime organizado tem sido indiscutivelmente um promotor dessa atividade.

Os atores envolvidos podem ser divididos em quatro categorias principais: redes criminais e empresariais; grupos armados não estatais; facilitadores/atores legais; e força de trabalho.



Fonte: Pesquisa do InSight Crime

Visualização: [insightcrime.org](https://insightcrime.org)

Julho 2021

## Redes criminais e empresariais

As redes criminais e empresariais normalmente estão no topo da cadeia, financiando e orquestrando a extração ilegal de madeira e grilagem de terras, em todo seu ciclo. Eles possuem a maior influência e poder econômico em uma determinada atividade e muitas vezes agem nas sombras como “invisíveis”. Esses atores normalmente formam redes independentes dedicadas a atividades criminosas. Eles podem não controlar o território e não são necessariamente reconhecidos como uma estrutura criminosa. Os atores que estão no topo dessas redes financiam e orquestram a operação de uma determinada atividade criminosa em vários estágios diferentes.

A grilagem de terras em áreas protegidas da região amazônica da Colômbia é financiada e orquestrada principalmente por empresários criminosos “invisíveis” chamados de “apropriadores”. Em alguns casos, prefeitos, governadores e funcionários do governo podem assumir essa função. Em 2019, o ex-governador de Guaviare, Nebio Echeverry Cadavid, um grande proprietário de terras e dois outros “empresários” foram acusados de grilagem de terras no departamento, supostamente pressionando famílias de camponeses a vender suas terras antes de usar o território para o cultivo de óleo de palma.<sup>68</sup> Esses atores são tipicamente elites econômicas ou políticas nacionais, regionais ou locais de áreas urbanas como Bogotá, Bucaramanga e Arauca que supervisionam a grilagem de terras.<sup>69</sup> Eles contratam pessoas localizadas perto das terras que desejam se apropriar nos departamentos amazônicos da Colômbia.

Existem outros tipos de empresários trabalhando em colaboração com os apropriadores, incluindo fornecedores e proprietários intermediários, que facilitam o desmatamento e a ocupação ilegal de territórios protegidos. Os fornecedores providenciam motosserras e outras ferramentas necessárias

para limpar e ocupar trechos da floresta amazônica. Eles também fornecem gado para ocupar a terra. Os proprietários intermediários são contratados por apropriadores, bem como por grupos armados não estatais, para ocupar ilegalmente terras reivindicadas, cuidar do gado e plantar no território.<sup>70</sup>

Enquanto isso, intermediários locais que as comunidades na região amazônica da Colômbia chamam de *patrones* ou chefes — também conhecidos como *gasteros* (gastadores) — orquestram a extração ilegal de madeira. Esses atores financiam a atividade ilícita e facilitam a venda de madeira.<sup>71</sup>

Para lavar a origem ilegal da madeira,<sup>72</sup> os *patrones* obtêm licenças florestais emitidas por Corporações Regionais Autônomas para o Desenvolvimento Sustentável (CARs), que são supervisionadas pelo Minambiente.<sup>73</sup> As CARs são órgãos públicos regionais responsáveis por administrar o uso dos recursos naturais em sua área de jurisdição e promover o desenvolvimento sustentável em todo o país.<sup>74</sup> A Corporação para o Desenvolvimento Sustentável do Sul da Amazônia (Corpoamazonia) é encarregada de exercer essas funções na região.

Usar documentação “adequada”, mesmo que contenha informações falsas, é a chave para a lavagem da origem ilegal da madeira. “Funcionários das CARs vendem planos de manejo (florestal) para os chefes. Esses planos são necessários para derrubar madeira”, disse um especialista em silvicultura. “Os *patrones* também usam planos de manejo florestal clonados ou baixam planos de outros países da Internet”.<sup>75</sup>

Além disso, René López Camacho, pesquisador do Instituto Amazônico de Investigações Científicas (*Instituto Amazónico de Investigaciones Científicas - SINCHI*), explicou como os *patrones* trabalham além dos limites das licenças florestais legalmente obtidas. Eles ordenam a extração de espécies cobiçadas

não contempladas por documentação, em zonas que estão fora dos limites para os madeireiros e em quantidades muito superiores às permitidas.<sup>76</sup>

De acordo com Ruben Moreno, “como não há mecanismos para rastrear a madeira, os *patrones* facilmente violam as restrições estabelecidas pelas licenças”.<sup>77</sup> Dessa forma, eles podem continuar disfarçando a origem ilícita da madeira desde o momento do corte. Depois de “lavar” a madeira derrubada ilegalmente, os *patrones* vendem madeira para atacadistas com base em centros de distribuição e processamento na Amazônia, como o município de Puerto Asís, no sul, em Putumayo, e em cidades maiores como Bogotá, Cali e Medellín.<sup>78</sup> Os *patrones* gerenciam o tráfico de madeira em todas as etapas, o que os torna os atores mais importantes — e influentes — neste comércio.

Há outros atores intermediários trabalhando com os *patrones*, conhecidos como *fixers* (ajudantes), pequenos empresários que coordenam principalmente os embarques e as vendas de madeira por meio de plataformas de mídia social como o WhatsApp. “Algumas transações de madeira são tratadas por meio deste aplicativo”, disse César Rey, um especialista no setor florestal da Colômbia. “Um cliente escreve ao intermediário [o *fixer*] que precisa de uma certa quantidade de madeira de Tornillo, por exemplo, e ele [o *fixer*] se encarrega de conseguir a madeira em toda a região”.<sup>79</sup> Os *fixers*, então, supervisionam o transporte posterior de madeira adquirida ilegalmente na Amazônia colombiana. Eles usam licenças de trânsito para mover madeira através de regiões e em volumes que não são autorizados por essas licenças.<sup>80</sup> Dentro dos caminhões, a madeira ilegal é misturada com madeira de origem legal à medida que é transportada.

## Grupos armados não estatais

Em um contexto de crime ambiental, os grupos armados não estatais trabalham com redes criminais e empresariais para supervisionar a operação de atividades econômicas ilícitas que impulsionam o desmatamento na região amazônica da Colômbia. Os grupos armados não estatais são associações criminosas claramente definidas, incluindo milícias e grupos guerrilheiros, financiadas principalmente por atividades ilícitas. Esses grupos têm quatro características principais: um nome conhecido, uma liderança definida, controle territorial e associação identificável. Dentre os grupos tem-se aqueles compostos por dissidentes das FARC e os que descendem de grupos paramilitares. No que diz respeito à Amazônia colombiana, esses grupos são em grande parte compostos por dissidentes das FARC que usam a violência e a capacidade militar em benefício próprio.

Dissidentes da 1ª e 7ª Frente das FARC estão estabelecidos em Guaviare, sul de Meta e Caquetá, e orquestram a grilagem de terras na Amazônia colombiana.<sup>81</sup> Esses grupos normalmente usam violência e ameaças para reivindicar e ocupar zonas protegidas em nome de proprietários com recursos financeiros, em troca de uma taxa.<sup>82</sup>

---

*“Os *patrones* gerenciam o tráfico de madeira em todas as etapas, o que os torna os atores mais importantes — e influentes — neste comércio”*

---

# Presença dos grupos armados não estatais na região amazônica da Colômbia



**GRUPOS ARMADOS NÃO ESTATAIS**

- Ex-1ª frente das Farc
- Ex-7ª frente das Farc
- Ex-16ª frente das Farc
- Ex-48ª frente das Farc
- Ex-62ª frente das Farc
- Ex-frente Acácio Medina

---  
■ Região amazônica

Fonte: Pesquisa do InSight Crime  
Visualização: insightcrime.org  
Maio 2021

Os grupos armados não estatais também estão por trás do cultivo e processamento de coca na região. A frente Acácio Medina e ex-16ª frente das FARC liderada por Géner García Molina, mais conhecido como “Jhon 40” (Vichada); a ex-1ª frente das FARC liderada por Néstor Gregorio Vera Fernández, conhecido como “Ivan Mordisco”; a ex-7ª frente das FARC, liderada por Gentil Duarte (Guaviare e Caquetá); a ex-62ª frente (Caquetá); a ex-48ª frente e a 1ª Frente (Putumayo) supervisionam cada estágio da produção de coca, desde o cultivo da folha de coca até seu processamento, e a posterior venda da pasta base.<sup>83</sup> A La Constru, rede descendente de grupos paramilitares de direita, também mantém forte presença em Putumayo, após ter se aliado à ex-48ª Frente das FARC.<sup>84</sup> Esses atores conectam os pequenos agricultores que cultivam plantações de coca em municípios pobres da Amazônia colombiana aos mercados nacionais e internacionais de cocaína. Mas, como em outras atividades que impulsionam o desmatamento, são os grupos armados não estatais quem lucram mais.

Grupos como as ex- 1ª e 48ª Frentes da FARC não parecem estar diretamente envolvidos na extração ilegal de madeira na região. Eles, no entanto, cobram uma taxa para que a madeira seja transportada através dos territórios que controlam. Segundo um pesquisador do tráfico de madeira da Neotropical Primate Conservation (NPC), uma organização dedicada à conservação de primatas e seus habitats, “como rios e estradas são controlados por grupos ilegais, e, para transportar madeira [via rio ou estrada], uma espécie de pedágio deve ser pago ao grupo que controla o território.”<sup>85</sup>

Esses grupos também fornecem serviços de segurança para garantir o trânsito sem problemas das remessas de madeira para fora da região, especialmente quando as drogas estão escondidas em seu interior.<sup>86</sup> Segundo um especialista em silvicultura de uma organização internacional, a madeira é um esconderijo

perfeito para a cocaína que os grupos armados não estatais desejam transportar, pois é pesada, difícil de manobrar e difícil de inspecionar.<sup>87</sup>

### Força de trabalho

Membros de redes criminais e grupos armados não estatais raramente executam o trabalho físico necessário para a ocorrência de crimes ambientais. Frequentemente, eles ameaçam ou contratam pessoas desses locais para fazer isso. A população em desvantagem socioeconômica que constitui uma “força de trabalho” com frequência é envolvida no crime ambiental na Amazônia colombiana por falta de alternativas econômicas ou porque é ameaçada por grupos criminosos locais. Esses indivíduos estão no degrau mais baixo da cadeia de abastecimento de cada atividade e fornecem o trabalho manual para tarefas básicas como a extração de madeira, bem como o plantio e colheita de coca. Eles podem ser funcionários — mas não necessariamente membros — de redes criminais e grupos armados não estatais, podem ser contratados ou atuar como trabalhadores independentes que interagem com os atores criminosos que operam mais acima na cadeia produtiva.

A força de trabalho frequentemente é constituída por trabalhadores informais, e não por criminosos. Eles também podem ser vítimas desses atores, sofrendo trabalho forçado ou tráfico de pessoas e extorsão. No degrau mais baixo da cadeia de grilagem de terras estão os capineiros, moradores locais contratados para desmatar a floresta. Eles fornecem o trabalho manual para a grilagem de terras. Os capineiros geralmente agem sob ameaça ou por necessidade econômica. Eles são pagos por grupos armados não estatais ou *apropriadores* para cortar e queimar a floresta, antes da ocupação ilegal de uma zona protegida.<sup>88</sup>

Os produtores de coca (*cocaleiros*) e os coletores *raspachines* trabalham independentemente ou em nome de grupos armados não estatais, muitas vezes dentro

de territórios protegidos como o Parque Nacional de Tinigua.<sup>89</sup> Os agricultores que fazem parte da força de trabalho local também podem processar sua coca em “base”, que pode então ser transformada em cocaína cristalizada, individualmente ou por meio de suas colheitas, muitas vezes sob a supervisão de grupos armados não estatais.<sup>90</sup>

Por sua vez, o tráfico de madeira depende do trabalho manual de rastreadores *monteros* (rastradores) e *corteros* (cortadores), que geralmente são habitantes locais e indígenas encarregados de buscar, identificar e cortar espécies cobiçadas de madeira na Amazônia colombiana.<sup>91</sup> Embora suas atividades sejam ilícitas, esses atores não são criminosos. Eles derrubam árvores em nome de redes criminais muitas vezes em condições deploráveis de trabalho. É importante notar que a população local também pode cortar árvores em áreas próximas para sua subsistência econômica.<sup>92</sup>

A força de trabalho é o ator que menos ganha em todas as atividades do crime ambiental, mas é o que corre maior risco de ser capturado pelas autoridades.<sup>93</sup> Essa tendência se traduz em outras atividades, como a mineração ilegal.

### **Facilitadores/atores legais**

Facilitadores/atores legais são indivíduos e redes que se valem da corrupção para facilitar o cometimento de crimes ambientais. Eles podem ser autoridades públicas ou empresas formalmente registradas. O papel dos facilitadores/atores legais será explorado em mais detalhes posteriormente, na seção dedicada à corrupção.

---

*“A força de trabalho é o ator que menos ganha em todas as atividades do crime ambiental, mas é o que corre maior risco de ser capturado pelas autoridades.”*

---

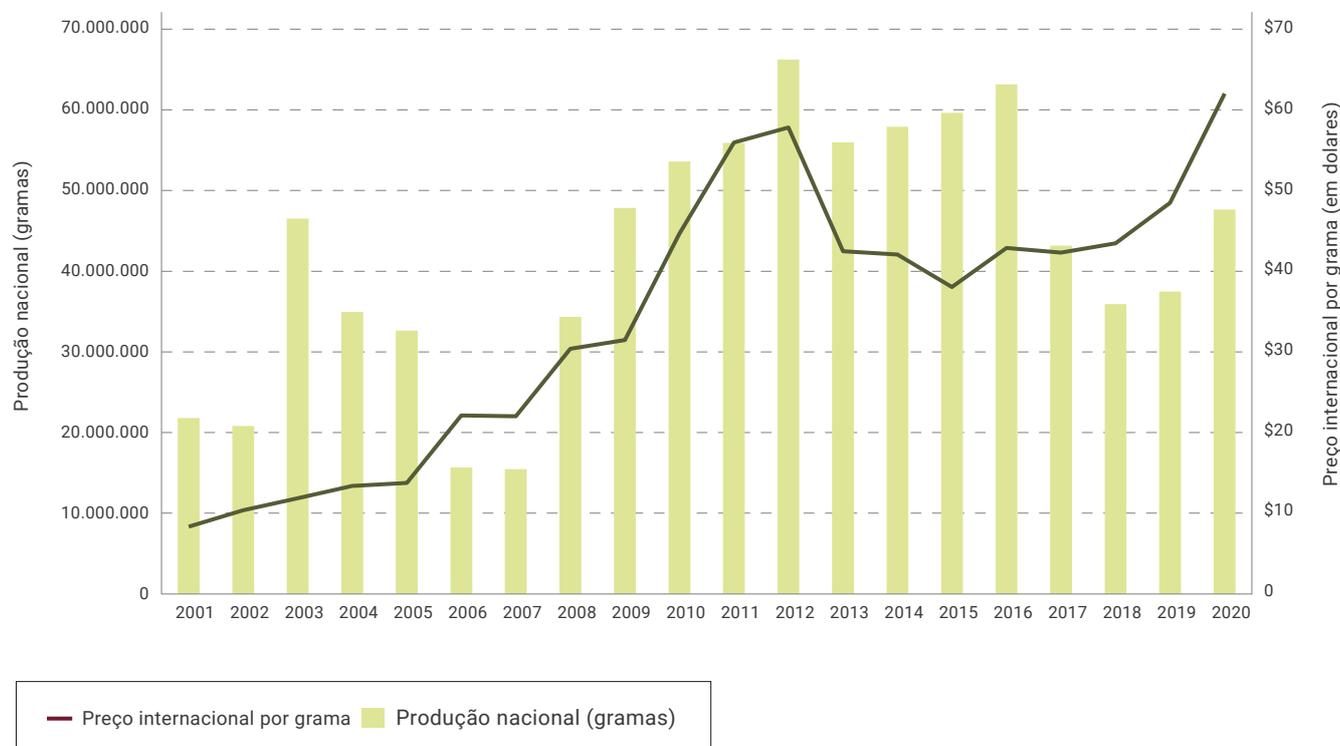
# Explorando a mineração ilegal na Amazônia colombiana

Como os preços do ouro dispararam, grupos criminais antes exclusivamente dedicados ao tráfico de drogas e armas passaram para a atuar na mineração ilegal.<sup>94</sup> A atividade se tornou uma das economias ilícitas mais lucrativas da Colômbia. Enquanto pouco menos de 30 gramas de ouro renderam mais de US\$ 2.000 em agosto de 2020, a mesma quantidade de cocaína rendeu menos de US\$ 1.250 em Miami.<sup>95</sup> O ouro não é apenas mais valioso do que a cocaína, mas mais fácil de lavar, tendo apenas uma fração do risco envolvido no tráfico de drogas.<sup>96</sup>

A mineração ilegal de ouro tem sido uma importante fonte de receita para grupos armados não estatais na Colômbia desde o final dos anos 1990, quando o Bloco Central Bolívar (BCB) das Autodefesas Unidas da Colômbia (AUC),<sup>97</sup> uma força paramilitar de direita, passou a lucrar com a extração do mineral nos departamentos de Bolívar e Antioquia.<sup>98</sup>

Isso foi replicado pelas FARC e pela guerrilha Exército de Libertação Nacional (Ejército de Liberación Nacional - ELN), que também se envolveu com a mineração ilegal em toda a Colômbia.<sup>99</sup>

## Produção de ouro na Colômbia 2001-2020



Fontes: Unidad de Planeación Minero Energética (UPME) e Gold Price

Visualização: [insightcrime.org](https://insightcrime.org)

Maio 2021

No início dos anos 2000, sob a primeira administração do presidente Álvaro Uribe (2002-2006), o governo pressionou para que os títulos de mineração fossem concedidos em todo o país, o que ficou conhecido como “a locomotiva da mineração”.<sup>100</sup> Esse processo era voltado para grandes conglomerados de mineração multinacionais, que receberam concessões em áreas dominadas por grupos armados não estatais. Isso significava que eles eram incapazes de operar livremente.<sup>101</sup> Simultaneamente, a mineração ilegal supervisionada por esses mesmos grupos teve um crescimento explosivo, muitas vezes acompanhado de violência e destruição ambiental.<sup>102</sup> Desde então, a mineração ilegal de ouro se tornou mais importante em todo o país. De acordo com o UNODC, as operações de mineração ilícitas agora cobrem mais de 64.000 hectares de terras em toda a Colômbia. Deles, 37.138 hectares operam sem alvará. Os 27.589 hectares restantes estão localizados em territórios de comunidades indígenas; em áreas onde contratos de mineração foram solicitados; e em zonas que ainda estão em processo de se tornarem áreas de reserva especial para mineração. Dado que essas zonas ainda se encontram em fase de homologação para aproveitamento mineiro, qualquer tipo de exploração ainda é ilícito.<sup>103</sup>

Hoje, a mineração ilegal na região amazônica é dominada por grupos armados não estatais, em grande parte formados por dissidentes das FARC. A Frente Amazônia das FARC, oficialmente desmobilizada em 2016, em aliança com a 1ª Frente, continua fiscalizando a mineração ilegal ao longo dos rios Caquetá e Vaupés.<sup>104</sup> Oficiais militares baseados na cidade amazônica de Letícia revelaram que nessas áreas a ex-Frente Amazônia das FARC exerce grande controle sobre as comunidades locais. De acordo com as autoridades, os dissidentes dão à população local duas opções rigorosas: ser recrutada como combatentes ou se tornar mineiros ilegais.<sup>105</sup>

Em 2019, o departamento de Amazonas da Colômbia não informou que nenhum ouro foi minerado, enquanto Putumayo viu 2.652 gramas do metal precioso extraído.<sup>106</sup> No mesmo ano, cerca de 135.319 gramas de ouro foram provenientes de Guainía.<sup>107</sup> Em 2020, cerca de 100 garimpos ilegais de ouro foram encontrados ao longo dos rios Caquetá, Putumayo e Cotuhé, de acordo com a Rede Amazônica de Informações Socioambientais Georreferenciadas,

um consórcio de organizações da sociedade civil que buscam promover a sustentabilidade em toda a Amazônia.<sup>108</sup>

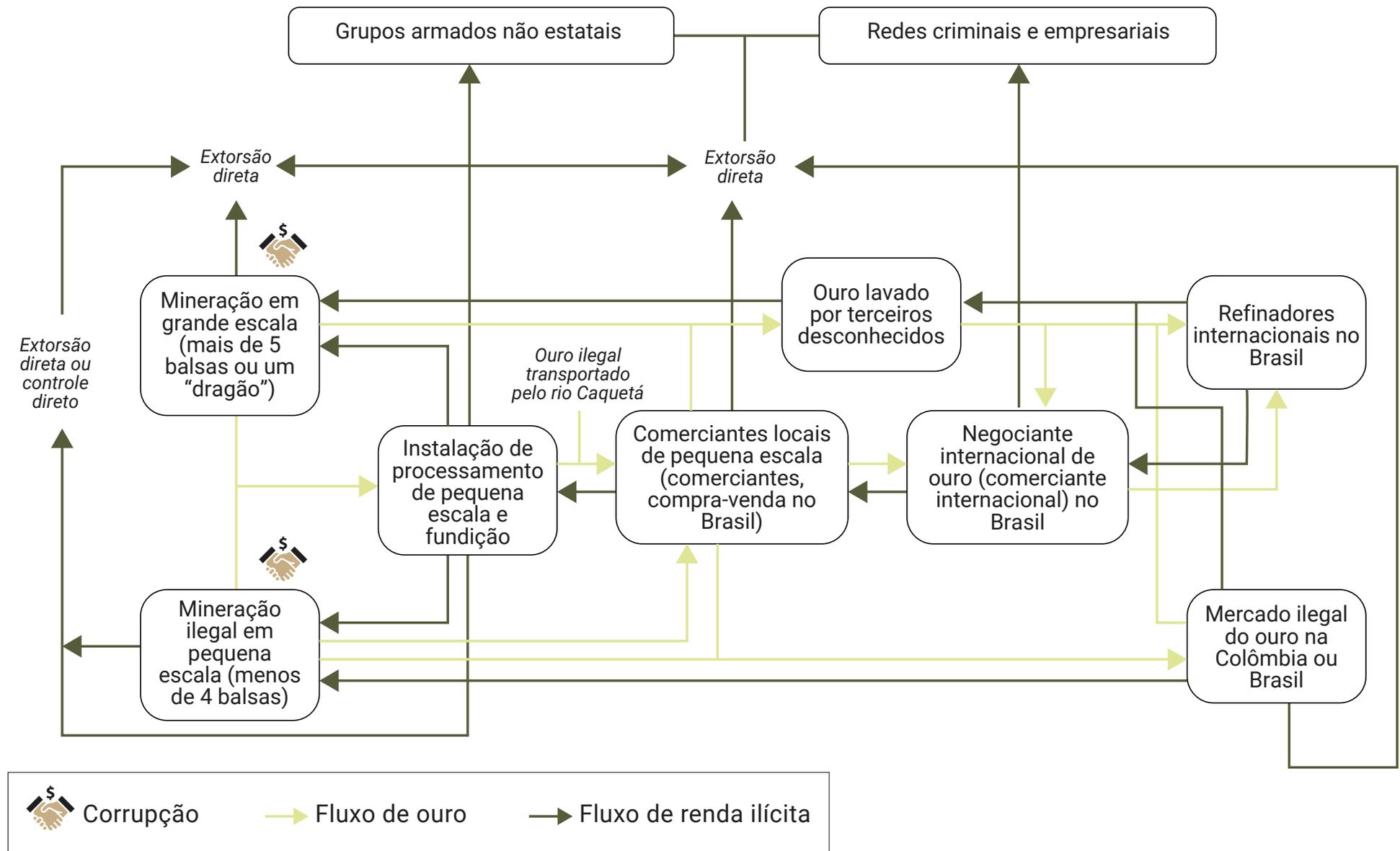
Ao longo dessas hidrovias, o mercúrio usado para separar o ouro dos sedimentos contamina as fontes de água e envenena a animais silvestres.<sup>109</sup> Ao mesmo tempo, as dragas degradam os solos antes ricos em minerais e fomentam a sedimentação dos rios em toda a região. Apesar dos danos causados, a mineração na Amazônia colombiana é pouco estudada, sendo a maioria das investigações já publicadas focadas em como tal atividade ocorre em outras partes do país, incluindo os departamentos de Antioquia, Chocó, Cauca, Santander e Bolívar.<sup>110</sup>

## O grande tesouro da Colômbia: como funciona a mineração ilegal na Amazônia colombiana

As operações ilegais de mineração que devastam a Amazônia colombiana se desenvolvem em três fases principais: extração, transporte e transformação/comercialização. A extração mineral na Amazônia colombiana não é homogênea e varia de departamento para departamento e até de local para local. Em 2019, o World Wildlife Fund (WWF) revelou que “a maioria das atividades de mineração na Amazônia colombiana tem se concentrado na remoção de sedimentos aluviais com dragas e mini dragas, com exceção da mineração informal de veios em elevações de baixa altitude no Escudo das Guianas, no sul Guainía e Vaupés”.<sup>111</sup>

O ouro não é o único mineral extraído na região. O coltan — normalmente usado na fabricação de dispositivos eletrônicos como telefones e baterias — também é explorado nos departamentos amazônicos da Colômbia.<sup>112</sup> No entanto, na maioria dos departamentos, o ouro recebe mais atenção devido ao seu alto valor. Primeiramente, o ouro é extraído do leito dos rios. Diferentemente do que ocorre nos departamentos de Antioquia e Chocó, a mineração ilegal na Amazônia colombiana geralmente não acontece em terra, mas quase exclusivamente em rios. Como resultado, as operações de mineração na região não são limitadas por fronteiras departamentais, uma vez que os mineiros se deslocam ao longo dos rios em busca de ouro.<sup>113</sup>

# A cadeia de mineração ilegal de ouro na Amazônia



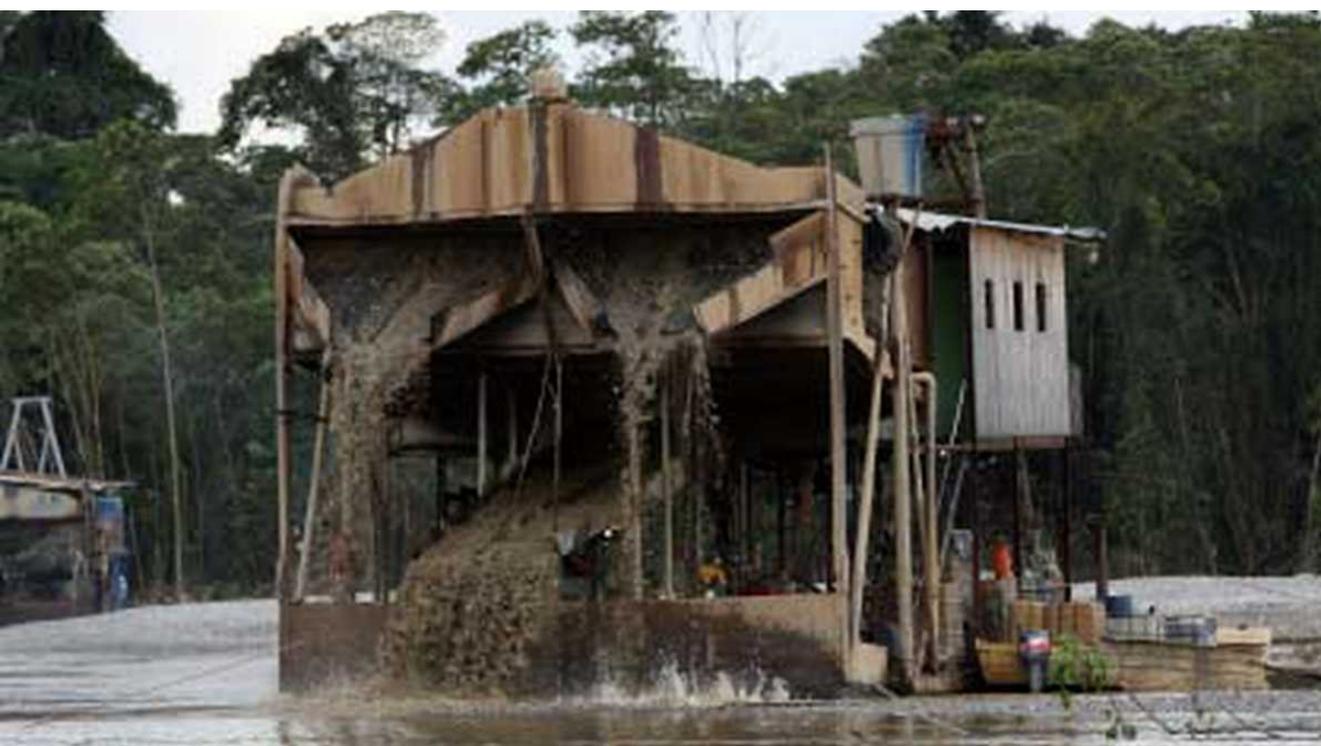
Fontes: OECD 2016, trabalho de campo no Amazonas 2019

Visualização: insightcrime.org

Maior 2021

A extração de ouro na região amazônica colombiana não costuma ser realizada com maquinário pesado, como retroescavadeiras que estão presentes em outras partes do país, pois essas máquinas requerem terreno sólido para operar. No lugar de máquinas são usadas balsas feitas manualmente. Os mineiros se sentam em bases de madeira flutuantes, usando mangueiras motorizadas para extrair até 40 gramas de ouro dos leitos dos rios amazônicos por dia.<sup>114</sup> Enquanto isso, as dragas (ou mini dragas) removem lodo e outros materiais dos leitos e margens dos rios, à medida que fragmentos do metal são procurados. Essas máquinas têm mais probabilidade de atrair a atenção das autoridades do que as balsas, mas oferecem maior produtividade na extração do metal precioso.<sup>115</sup>

Já os “dragões” são possivelmente as máquinas mais importantes usadas para extrair ouro.<sup>116</sup> São dispositivos construídos sobre pranchas de madeira com plataformas de vários andares, sobre as quais podem ser encontradas dragas. Os “dragões” aumentam a quantidade total de ouro que pode ser extraída, causando uma degradação maior do que a causada apenas pelo uso de uma draga.<sup>117</sup> Esse equipamento foi detectado em todo o departamento do Amazonas na Colômbia, tendo sido usado para escavar diversos rios, incluindo o Caquetá, Puré, Cahuinarí, Querarí, Putumayo e Cotuhé.<sup>118</sup>



Um “dragão” no rio Quito, departamento de Chocó, Colômbia. Fonte: Revista Semana

Depois de coletar dados sobre a incidência de mineração ilegal ao longo de cada um desses rios, a Rede de Informações Socioambientais Georreferenciadas da Amazônia detectou grande parte dos locais de extração ao longo do rio Caquetá em 2020.<sup>119</sup> Segundo a organização, existem pelo menos 67 minas ilegais ao longo do rio Caquetá, que se estende desde a cúspide da fronteira da Colômbia com o Brasil no Amazonas, até os departamentos de Putumayo e Caquetá.<sup>120</sup>

Cada ponto de extração tem, geralmente, entre uma e oito máquinas. Uma balsa sugando 40 gramas de ouro por dia pode acumular mais de 14 quilos em um ano, o equivalente a uma média de US\$ 150 mil a US\$ 200 mil quando vendido localmente.<sup>121</sup> Oficiais do Exército afirmam que os “dragões” usados nesses rios são trazidos principalmente do Brasil. Eles podem ter, segundo relatos, “até três andares”.<sup>122</sup> “São balsas seis vezes o tamanho de uma sala [de aproximadamente quatro por três metros quadrados] com vários andares e dezenas de mineiros a bordo”, confirmaram as autoridades.<sup>123</sup> A partir dessas máquinas, o mercúrio é usado para separar o ouro dos sedimentos do rio, produzindo um amálgama que, após o uso, é despejado de volta no rio.<sup>124</sup>

## Locais e rotas da mineração ilegal na Amazônia colombiana



Fonte: Amazon Geo-Referenced Socio-Environmental Information Network

Visualização: [insightcrime.org](https://insightcrime.org)

Maio 2021

Depois que o ouro é extraído, ele precisa seguir seu caminho. O ouro ilícito é frequentemente contrabandeado pelo Rio Caquetá para Tefé, no Brasil, uma rota também usada para traficar maconha e cocaína. Oficiais militares baseados na Amazônia colombiana disseram que o rio Caquetá é usado para transportar maconha do departamento de Cauca, no sudoeste. Eles acrescentaram que a cocaína que sai do Putumayo é traficada ao longo do rio Putumayo. Os funcionários também explicaram que a distância entre o rio Caquetá e a cidade de Letícia, somada à falta de rotas terrestres estabelecidas, faz com que o ouro ilegal seja transportado para fora da região amazônica por via aérea, dificultando a captura em trânsito pelas autoridades.<sup>125</sup>

Esse ouro frequentemente chega às mãos de empresas exportadoras “legais”. Em 2015, o “escândalo Goldex SA” viu um dos maiores exportadores do metal da Colômbia ser acusado de lavagem de ouro obtido ilegalmente e mais de US\$ 1 bilhão em receita provavelmente proveniente do tráfico de drogas.<sup>126</sup> A Goldex reportou compras de ouro de fornecedores supostamente legítimos, contudo, esses fornecedores eram, na realidade, mineiros artesanais registrados com nomes falsos, nomes de moradores de rua ou de pessoas falecidas.<sup>127</sup> A Goldex usou empresas-fantasma para comprar ouro ilegal e passá-lo por uma fonte legal. Dessa forma, a Goldex exportou o metal precioso para mercados internacionais nos Estados Unidos, Europa e Oriente Médio.<sup>128</sup>

## De redes criminais a comunidades locais

Uma série de atores está envolvida em operações de mineração ilegal, extraindo incessantemente minerais da Amazônia colombiana. Aqueles que têm os maiores lucros geralmente nunca pisam em solo amazônico, mas lidam com as vendas de ouro de suas casas luxuosas nos centros urbanos. Os atores que trabalham no comércio podem ser divididos em quatro categorias principais, assim como na extração ilegal de madeira e na grilagem de terras. São elas: redes criminais e empresariais, grupos armados não estatais, força de trabalho e facilitadores/atores legais. O papel dos facilitadores/atores legais na mineração será tratado mais adiante, na seção de corrupção.

### Redes criminais e empresariais

Os principais atores que impulsionam a mineração ilícita na Amazônia colombiana hoje são os *patrones*, os empresários criminosos ou líderes de redes criminais. Eles têm capacidade financeira para comprar maquinários de alto custo e muitas vezes têm contato com os grupos armados não estatais que operam nas áreas relevantes.<sup>129</sup> Os *patrones* dirigem e iniciam efetivamente as operações, coordenando empresas de mineração ilícitas do início ao fim. Eles contratam mineiros e operários locais; supervisionam o estabelecimento de novas minas; trabalham por meio de mineradores de subsistência para “legalizar” ouro ilegal e aliam-se a comerciantes internacionais para vendê-lo.<sup>130</sup> No que diz respeito à mineração ilegal na Amazônia colombiana — especialmente aquela que ocorre ao longo do rio Caquetá e nos departamentos do Amazonas e Caquetá — a maioria dos *patrones* parece ser de origem brasileira.<sup>131</sup> As evidências sugerem que eles usam principalmente Tefé — uma cidade da fronteira com o Brasil — como sua base de operações.<sup>132</sup>

## Grupos armados não estatais

Hoje, a mineração ilegal se tornou uma importante fonte de renda para os grupos armados não estatais na Colômbia, já que o preço do ouro disparou. Além de sua capacidade de gerar lucros multimilionários, a atividade também tem sido usada por esses grupos para lavar receitas de outras economias ilícitas, como o tráfico de drogas.<sup>133</sup> O envolvimento dessas organizações na mineração ilegal data da década de 1990, com grupos paramilitares extorquindo mineiros de pequena escala e comprando minas.<sup>134</sup> Como observou o WWF em 2019, “a infiltração de influências criminosas nas cadeias de produção de ouro na Amazônia é inegável, mas trata-se de algo relativamente recente (aproximadamente desde 2000), e seu real alcance ainda é desconhecido”.<sup>135</sup>

Os grupos armados não estatais estão predominantemente envolvidos na fase de extração, quando cobram taxas de extorsão dos mineiros de pequena escala. Esses grupos permitem que os mineiros extraiam ouro dos rios amazônicos, desde que paguem “impostos”. Os grupos armados não estatais cobram taxas de extorsão para que máquinas, mercúrio e gasolina entrem em locais de mineração ilegais, segundo um oficial do Exército na cidade de Leticia, no Amazonas.<sup>136</sup> Em alguns casos, os impostos fixos são pagos pelos mineiros simplesmente para poderem operar em um território controlado por um grupo armado não estatal. Em outros casos, uma porcentagem é adicionada à taxa padrão por cada máquina trazida para o território. Esses impostos podem ser pagos em ouro, ao invés de dinheiro.<sup>137</sup>

Alguns grupos armados não estatais têm um interesse mais direto no ouro enterrado nos rios da região, supervisionando as próprias operações de mineração. Como informou o WWF em 2019, “desde os anos 2000, grupos armados ilegais como as FARC, o ELN e grupos paramilitares adotaram a mineração de ouro como fonte de renda, complementando outras atividades ilegais como extorsão e tráfico de coca”.<sup>138</sup> Tais grupos incluem a ex-1ª Frente das FARC e a Frente Amazônia.<sup>139</sup>

## Força de trabalho

Mineiros locais ou indígenas que vivem em territórios próximos a locais de mineração geralmente são contratados para extrair ouro do leito do rio, muitas vezes trabalhando em turnos de 12 horas.<sup>140</sup> Eles estão situados na parte inferior da cadeia, recebem a menor recompensa financeira da atividade e muitas vezes trabalham sob a vigilância de grupos armados não estatais.

Em alguns casos, membros de comunidades locais firmam acordos, sejam voluntários ou sob ameaça, com aqueles que orquestram e financiam a mineração ilícita na Amazônia colombiana. Como o WWF observou anteriormente, “acordos voluntários ou forçados entre proprietários de minas, normalmente de outras regiões, e comunidades indígenas no médio e baixo rio Caquetá deixaram as comunidades locais em um impasse para saber como lidar com a expansão da mineração em suas terras”.<sup>141</sup> Isso muitas vezes leva a divisões nas comunidades, uma tendência que ecoou em outras partes da Amazônia, inclusive ao longo dos rios Putumayo e Coutuhe.<sup>142</sup>

Mineiros locais e indígenas envolvidos no comércio não são páreo para a capacidade militar e o poder dos grupos armados não estatais que operam na região. Mineiros brasileiros pagam propina para dissidentes das FARC na Amazônia colombiana, em troca de serem deixados operar em paz.<sup>143</sup>

# Um comércio grandioso: *Insights* sobre o tráfico de animais silvestres na Amazônia colombiana

Embora não seja tão lucrativo quanto a mineração ilegal, o tráfico de animais silvestres ainda é um negócio multimilionário.<sup>144</sup> Todos os dias, pássaros, répteis, anfíbios, felinos e primatas são arrancados de seus habitats naturais para serem vendidos em mercados urbanos domésticos ou para comerciantes do outro lado do mundo. Macacos são retirados da selva para experimentos científicos. As preguiças se tornam as estrelas das selfies de férias. E toda uma série de outras criaturas são caçadas para serem animais de estimação, para serem consumidos por sua suposta potência, para remédios, rituais religiosos ou para alimentar os caprichos do comércio da moda.

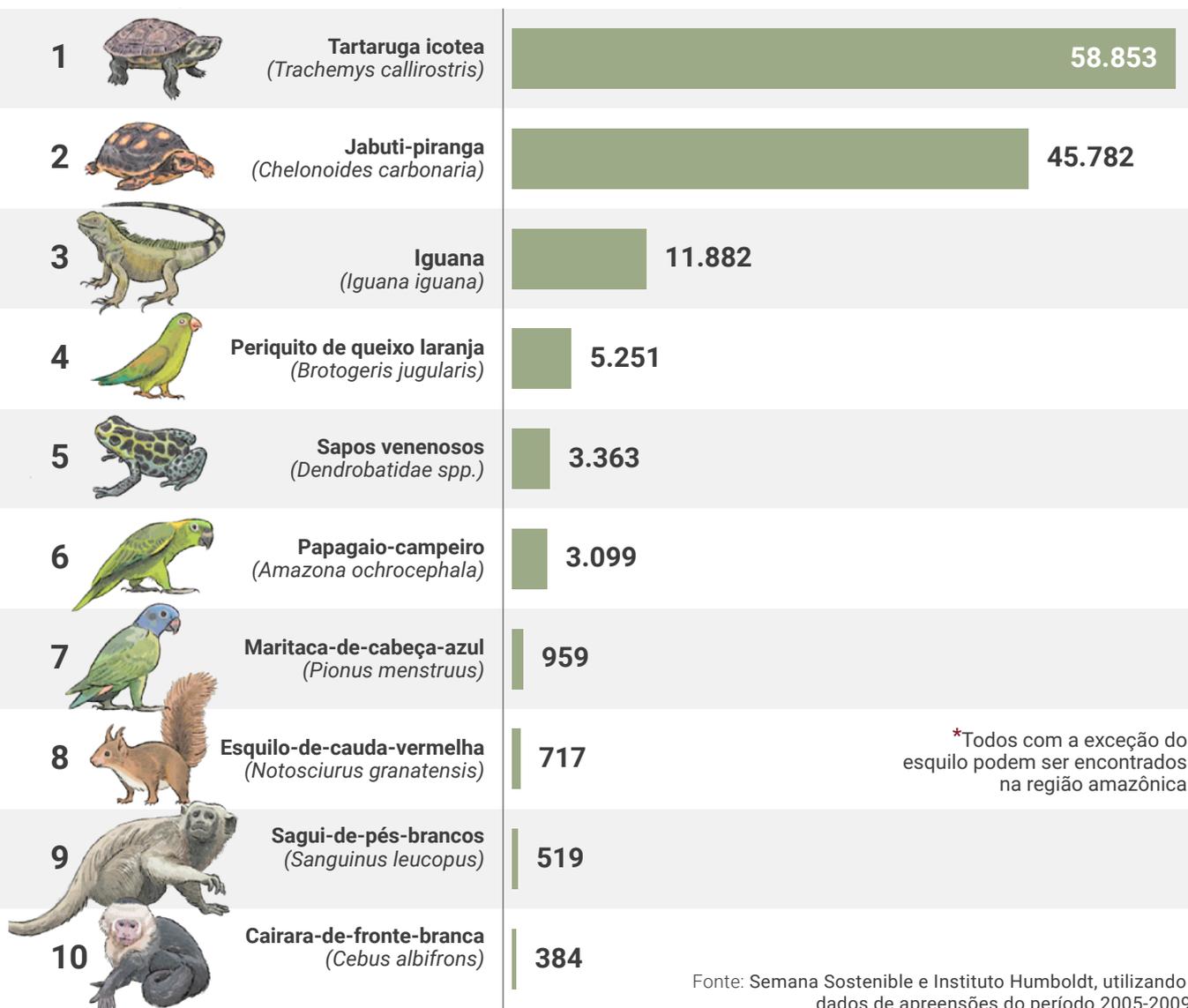
Apesar de ser um negócio altamente lucrativo e de alcance transnacional, o tráfico de animais silvestres não tem conseguido atrair a atenção suficiente das autoridades colombianas, que estão mais preocupadas em combater os cartéis de drogas. “Os juízes preferem colocar alguém na prisão por tráfico de drogas ou mineração ilegal do que por carregar um papagaio na bolsa”, de acordo com Fernando Trujillo, diretor científico da Fundação Omacha (Fundación Omacha), uma ONG de conservação ambiental com sede na Colômbia.<sup>145</sup>

A região amazônica do país abriga grande parte das 50 mil espécies da fauna presentes na Colômbia.<sup>146</sup> Embora muitas dessas espécies sejam protegidas pela Convenção sobre o Comércio Internacional de Espécies Ameaçadas de Fauna e Flora Silvestres (CITES), isso não impediu que a região se tornasse um centro de captura ilícita de animais silvestres, com o objetivo de alimentar os mercados nacionais e internacionais.

De acordo com um relatório recente publicado pelo meio de comunicação *Semana Sostenible*, em conjunto com o Instituto Humboldt, as 10 principais espécies traficadas na Colômbia são as seguintes:<sup>147</sup> (1) tartaruga icotea (*Trachemys callirostris*); (2) jabuti-piranga (*Chelonoides carbonaria*); (3) iguana (*Iguana iguana*); (4) periquito de queixo laranja (*Brotogeris jugularis*); (5) papagaio-campeiro (*Amazona ochrocephala*); (6) maritaca-de-cabeça-azul (*Pionus menstruus*); (7) esquilo-de-cauda-vermelha (*Notosciurus granatensis*); (8) sagui-de-pés-brancos (*Sanguinus leucopus*); (9) cairara-de-fronte-branca (*Cebus albifrons*); (10) sapos venenosos (*Dendrobatidae spp.*) Todos eles podem ser encontrados na Amazônia colombiana, exceto o esquilo-de-cauda-vermelha. Traficantes têm notado isso, pois saqueiam as matas da região em busca dessas espécies.

# As 10 principais espécies traficadas na Colômbia

Número de espécies apreendidas entre 2005 - 2009



Fonte: Semana Sostenible e Instituto Humboldt, utilizando dados de apreensões do período 2005-2009

Visualização: insightcrime.org

Maio 2021

Outros animais que vivem na região também chamaram a atenção dos traficantes. No limite da Amazônia e da região de Llanos Orientales, a tartaruga da Mata-Mata (*Chelus fimbriata*) é traficada em massa do departamento de Vichada aos mercados da Tríplice Fronteira Amazônica que conecta a cidade de Letícia ao Peru e ao Brasil. As tartarugas são contrabandeadas através da fronteira pouco monitorada com o Peru, onde são vendidas com mais facilidade.

Outros animais também passam ilegalmente pela tríplice fronteira amazônica da Colômbia sem dificuldades. Espécies de peixes ornamentais — cobiçados pelo comércio internacional de aquários por suas formas curiosas e cores atraentes — são contrabandeados pela zona de fronteira para a Colômbia. O cascudo-zebra (*Hypancistrus zebra*) e a arraia-xingu, ou arraia-negra (*Potamotrygon leopoldi*), são traficados do Brasil e comercializados por meio de redes criminais e empresariais que usam empresas-fantasma.<sup>148</sup>

Na Amazônia colombiana, o uso medicinal e o consumo de espécies silvestres nativas da região são parte integrante da vida diária das comunidades locais.<sup>149</sup> Mas isso abriu a porta para o tráfico oportunista em nível local que, apesar de sua falta de organização, contribui para uma perda constante de biodiversidade. Em 2020, o WWF informou que 407 espécies na Colômbia estão em risco de extinção, muitas das quais são nativas da região amazônica.<sup>150</sup>

## Por dentro do tráfico de animais selvagens: como funciona

Assim como a extração ilegal de madeira e o cultivo ilícito, o tráfico de animais silvestres que afeta a Amazônia colombiana se desdobra em três fases principais: extração, transporte/transformação e comercialização.

Primeiro, membros das comunidades locais, que conhecem melhor o terreno, são contatados para caçar ou capturar determinadas espécies da fauna nativa da Amazônia colombiana.<sup>151</sup> Em muitos casos, essa atividade pode ser altamente oportunista. Se um morador local se depara, por acaso, com uma criatura conhecida por ser cobiçada pelos traficantes, enquanto cuida de suas plantações ou caminha pela vizinhança, ele pode capturá-la, sabendo que poderá comercializá-la facilmente mais tarde.<sup>152</sup>

Então, o animal passa por um “processo de transformação” rudimentar. Se descoberto morto ou morto em uma tentativa de captura, pode ser esfolado ou ter suas presas e garras removidas. Bichos como onças-pintadas (*Panthera onca*) ou espécies de primatas são exemplos de criaturas populares entre os traficantes para esses fins. As partes que não são úteis para o vendedor são geralmente jogadas fora.<sup>153</sup>

Então, vivo ou morto, o animal é transportado para fora da região. Como no comércio ilegal de madeira, os animais capturados ilegalmente são “lavados” ou disfarçados — ou seja, as origens das espécies capturadas ilegalmente são encobertas — por meio do uso de documentação legal preenchida com dados imprecisos. Isso é feito para que eles possam ser vendidos em pontos de venda legais. Por exemplo, uma fazenda de criação legal na Amazônia colombiana pode ter uma ramificação que busca animais capturados ilicitamente.<sup>154</sup>

Negócios como esses utilizam autorizações que já possuem para fazer crer que criaturas capturadas ilegalmente são de origem legal, de acordo com Claudia Brieva, professora especializada em estudos de animais silvestres, saúde animal e bem-estar na Universidade Nacional da Colômbia (Universidad Nacional de Colombia) e Carlos Andrés Galvis Rizo, biólogo-chefe da conservação do Zoológico de Cali.<sup>155</sup>

Por fim, o animal (ou suas partes) é vendido. O que acontece a seguir depende se os espécimes em questão estão vivos ou mortos. Clara Lucía Sierra e Giovanni Andrés Ulloa Delgado, dois especialistas em conservação de animais silvestres, revelaram que as espécies vivas são levadas diretamente para estradas ou mercados locais, que muitas vezes são sediados na própria região amazônica.<sup>156</sup>

Alguns animais (ou produtos feitos de suas partes) são vendidos em pontos de venda locais.<sup>157</sup> Outros são levados para a área de fronteira em Leticia, onde atravessam rotas aéreas, terrestres ou fluviais para alcançar os mercados domésticos e internacionais.<sup>158</sup> Também são adquiridos por laboratórios nacionais e internacionais dedicados à experimentação animal, fazendas de criação ou empresas turísticas, segundo Fernando Trujillo.<sup>159</sup>

De outra forma, essas criaturas são comercializadas também através de plataformas de mídia social como WhatsApp e Facebook, o que basicamente significa que uma tartaruga vivendo na Amazônia um dia pode ser capturada e vendida como um animal de estimação exótico em um mercado urbano internacional em apenas algumas semanas.<sup>160</sup>

## Capturando os capturadores: atores envolvidos no tráfico de animais silvestres

Ao contrário de alguns outros crimes ambientais, o tráfico de animais selvagens opera de forma ambígua e, às vezes, mal organizada. Embora existam redes criminais sofisticadas e traficantes exclusivamente dedicados à atividade, o comércio ilegal de animais selvagens na Colômbia é amplamente impulsionado pelo tráfico oportunista liderado por caçadores locais, que muitas vezes são membros de comunidades indígenas ou locais. Os atores envolvidos se enquadram em três de nossas categorias-chave: redes criminais/empresariais, força de trabalho e facilitadores/atores legais. O papel dos facilitadores/atores legais no tráfico de animais será tratado mais adiante, na seção de corrupção.

### Redes criminais e empresariais

As redes criminais são estruturas intermediárias que vendem criaturas e produtos animais em mercados urbanos domésticos e internacionais. Em nível doméstico, eles usam plataformas de redes sociais, como WhatsApp e Facebook, para evitar o comércio em locais públicos, como lojas de animais, que são vigiadas de perto por autoridades.<sup>161</sup> Em nível internacional, costumam contrabandear animais em condições deploráveis. Ao mesmo tempo, os empresários criminosos conhecidos como exportadores usam frentes legais que podem disfarçar de onde os animais capturados ilegalmente foram obtidos.<sup>162</sup>

As redes criminais sem estabelecimento legal para operar as atividades ilegais contrabandeam criaturas usando meios rudimentares. Os animais são transportados para o exterior em condições deploráveis: sem oxigênio e em locais lotados com baixas temperaturas. Isso faz com que muitas criaturas morram em trânsito.<sup>163</sup> Essas redes transportam papagaios vivos para o Brasil, Estados Unidos e Espanha entre as bagagens ou escondidos nas roupas dos passageiros.<sup>164</sup> Répteis vivos são traficados dentro de sacos plásticos e garrafas.<sup>165</sup> Enquanto isso, as espécies aquáticas são transportadas mortas dentro de embalagens.<sup>166</sup>

Por outro lado, os exportadores possuem empresas legais dedicadas ao comércio de peixes, outras espécies e seus subprodutos (por exemplo, peles). Eles as usam para traficar ilegalmente e vender animais vivos ou produtos animais. Um funcionário que trabalhava para a Autoridade Nacional de Aquicultura e Pesca (AUNAP), órgão responsável pelo monitoramento da exportação legal de criaturas aquáticas, estimou que os exportadores “poderiam ganhar até US\$ 10 milhões [com a instalação de apenas um empreendimento comercial] sem que nenhum dos peixes que enviam para o exterior seja rastreado”.<sup>167</sup>

Os exportadores costumam ser ligados ou pertencer a elites políticas e econômicas. Isso lhes confere influência sociopolítica que beneficia seus negócios legais e ilegais, de acordo com os especialistas em animais silvestres Clara Sierra e Giovanni Delgado.<sup>168</sup> Eles também mantêm conexões com a clandestinidade. Esses laços permitem que os exportadores adquiram animais de redes criminais que são equipadas com as ferramentas e conexões para obter, capturar e transportar animais ilegalmente da região amazônica da Colômbia.<sup>169</sup>

Longe de esconder lagartos em garrafas plásticas, os exportadores contrabandeam espécies capturadas ilegalmente por meio de carregamentos contendo criaturas que eles mandam legalmente para o exterior.<sup>170</sup> Para

isso, contam com o apoio de funcionários corruptos que trabalham nas fronteiras, segundo um funcionário do Departamento do Interior dos Estados Unidos.<sup>171</sup> Eles corrompem profissionais das companhias aéreas, funcionários da alfândega e outros funcionários que trabalham em aeroportos e portos, explicou o funcionário.<sup>172</sup>

Finalmente, os corretores são intermediários que trabalham para redes criminais e empresariais. Sam Shanee, um especialista em tráfico de animais silvestres da Neotropical Primate Conservation, explica que os corretores fazem a ponte entre aqueles que orquestram o tráfico internacional de animais silvestres em sua forma mais organizada e as comunidades locais que caçam animais cobiçados na Amazônia colombiana.<sup>173</sup> Eles entram em contato com caçadores e transportadores, informando-lhes quais espécies os criminosos estão procurando, junto com a quantidade necessária e detalhes dos pontos de entrega combinados.<sup>174</sup>

Os corretores também são responsáveis por supervisionar os centros de coleta, o que significa que geralmente operam em nível regional. Como intermediários, eles também se encarregam de subornar as autoridades (incluindo agências ambientais ou policiais) que realizam controles nas estradas ou pontos de saída.<sup>175</sup>

Usando corretores ou por conta própria, membros de redes criminais contrabandeam animais por meio de remessas de bagagem ou carga para mercados internacionais lucrativos na Ásia, na Europa e na América do Norte.<sup>176</sup> Embora dificilmente esses animais sejam transportados e vendidos em grandes volumes, às vezes, pode ser necessário subornar funcionários da alfândega ou comerciantes internacionais ao longo do caminho.<sup>177</sup>

## Força de trabalho

Enquanto isso, a força de trabalho que impulsiona o tráfico de animais silvestres na Amazônia colombiana é composta de caçadores e transportadores locais. Esses atores podem ser encarregados de realizar as duas tarefas: caçar/capturar as criaturas e, em seguida, transportá-las para os pontos de coleta.<sup>178</sup>

Segundo Ángela Maldonado, ecologista e especialista em tráfico de animais silvestres na tríplice fronteira amazônica, a força de trabalho costuma ser composta por membros de comunidades locais, em sua maioria indígenas, contratados por funcionários corruptos em fazendas de criação e laboratórios para caçar criaturas específicas.<sup>179</sup> Esses atores também podem ser contatados por corretores, pedindo-lhes que capturem animais selvagens em nome de redes criminais e empresariais.

“O tráfico de animais silvestres e o consumo [de animais] estão profundamente enraizados nas comunidades amazônicas. Organizada ou não, a caça à fauna para subsistência ou para fins ilegais faz parte do cotidiano aqui no Amazonas”, observou Maldonado.<sup>180</sup> Isso ocorre principalmente porque essas comunidades conhecem seus territórios (e os animais que os habitam) melhor do que qualquer outra pessoa. No entanto, é importante destacar que muitas vezes os caçadores desconhecem o caráter ilegal de suas atividades. Frequentemente, eles caçam como parte de um estilo de vida de subsistência. Muitas vezes eles não estão formalmente ou intencionalmente ligados a redes criminais.

## Estudo de caso: o comércio de peixes ornamentais na Tríplice Fronteira Amazônica da Colômbia

A maioria das notícias que expõem o tráfico de animais silvestres para fora da Amazônia colombiana se concentra em espécies contrabandeadas para o exterior para atender à alta demanda internacional. Macacos, felinos, tartarugas, crocodilos e até sapos são os protagonistas recorrentes do tráfico de animais selvagens para fora da região.<sup>181</sup> No entanto, algumas espécies afetadas passam despercebidas.

Os “peixes ornamentais” são pequenas criaturas aquáticas cujas cores e formas marcantes têm atraído colecionadores de todo o mundo. Eles são cobiçados pelo comércio internacional de aquários e muitas espécies podem ser vendidas legalmente.<sup>182</sup> No entanto, as espécies protegidas que vivem na Bacia Amazônica são frequentemente comercializadas ilegalmente.<sup>183</sup>

Embora seja difícil obter dados concretos recentes, em 2011 a Colômbia se encontrava entre os 15 principais países exportadores de peixes ornamentais internacionalmente.<sup>184</sup> A AUNAP regula a comercialização legal desses animais, sendo a principal entidade colombiana encarregada da gestão da pesca e da aquicultura.<sup>185</sup> O órgão define quais espécies podem ser extraídas legalmente e estabelece cotas de acordo com isso.<sup>186</sup> A AUNAP também busca combater o tráfico ilegal de peixes ornamentais.<sup>187</sup>

No entanto, as ações tomadas pela agência não dissuadiram aqueles que comercializavam ilegalmente espécies cobiçadas. Um ex-funcionário da área de pesca colombiano confirmou que alguns exportadores excedem suas cotas (exportando mais peixes do que o permitido legalmente), aproveitando a falta de

pessoal da AUNAP encarregado de monitorar os embarques legais. De acordo com ele, os exportadores também são conhecidos por subornar funcionários da alfândega e agentes da AUNAP sediados em toda a região amazônica.<sup>188</sup>

Dessa maneira, a falta de controle estatal ao longo da tríplice fronteira amazônica da Colômbia com o Peru e o Brasil tornou a zona um local de grande incidência de tráfico de peixes ornamentais.<sup>189</sup> Enquanto no Brasil existem fortes restrições que proíbem o comércio de espécies de peixes ornamentais, incluindo o cascudo-zebra, no Peru e na Colômbia a venda dessa espécie é menos restrita.<sup>190</sup> Listada como espécie em “grave ameaça” pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA) desde 2004, a sua aquisição é vista como uma conquista entre colecionadores internacionais que admiram sua aparência exótica.<sup>191</sup>

Redes criminais dedicadas ao tráfico de peixes ornamentais para fora da região amazônica têm explorado a falta de articulação de políticas entre os três países e os escassos controles das autoridades ambientais e aduaneiras para coibir o comércio, segundo um funcionário da AUNAP e um ex-funcionário da mesma instituição.<sup>192</sup> O funcionário revelou como peixes ornamentais são capturados por membros de comunidades locais ao longo dos rios Negro e Xingu, no Brasil, e depois transportados por redes criminais para a tríplice fronteira com Peru e Colômbia.<sup>193</sup> Nessas localidades, faz-se crer que os peixes são provenientes de criações legais.<sup>194</sup>

# O comércio de peixes ornamentais na Tríplice Fronteira Amazônica da Colômbia



Em seguida, eles são levados adiante. Primeiro, eles são enviados para aeroportos da Bacia Amazônica, como o Aeroporto de Iquitos, no Peru, e o Aeroporto de Leticia, na Colômbia.<sup>195</sup> Em seguida, os animais são transportados para as capitais Lima, no Peru, e Bogotá, na Colômbia. E, então, eles são enviados para seus destinos finais: Europa, Ásia e América do Norte, onde são vendidos no comércio global de aquários.<sup>196</sup>

Os exportadores usam seus empreendimentos legais para traficar ilegalmente peixes ornamentais. É fácil para o exportador corromper controles que buscam regular a quantidade de animais que podem ser enviados ao exterior. Do outro lado, o pessoal da AUNAP e as

autoridades ambientais com sede nos portos não são capazes de controlar minuciosamente todas as remessas a serem exportadas.<sup>197</sup> Simplesmente não há pessoas suficientes para verificar os peixes individualmente dentro de cada contêiner antes do envio.

A maioria dos peixes é traficada como filhotes recém-nascidos, portanto, determinar as quantidades e as espécies é praticamente impossível, pois algumas espécies têm apenas 0,5 mm ao nascer.<sup>198</sup> É difícil saber se os animais transportados correspondem ao que a documentação “legal” permite. Isso deixa uma tarefa muito difícil para os poucos funcionários que monitoram o comércio em zonas de trânsito como Leticia.<sup>199</sup>

O tráfico de peixes ornamentais registra altos níveis de impunidade. “Esses crimes não são simplesmente ignorados pelas autoridades, mas [as autoridades sabem] muito pouco sobre como aplicar a lei para impedir essas ocorrências”, revelou o funcionário do Departamento do Interior dos Estados Unidos.<sup>200</sup> A AUNAP e as autoridades ambientais não podem abrir investigações criminais contra o comércio sem o apoio do Ministério Público ou da Direção de Investigação Criminal e da Interpol (DIJIN).<sup>201</sup> Isso deixa as autoridades ambientais com apenas um punhado de ferramentas administrativas (como o confisco de licenças de exportação) que produziram poucos resultados no combate ao tráfico de animais silvestres.<sup>202</sup>



Peixes Ornamentais Fonte: Ojo Público.

Essa falta de capacidade é sustentada pela forma como os crimes relacionados ao comércio são frequentemente ignorados em países como Colômbia e Peru. O biólogo Carlos Galvis, do Zoológico de Cali, e a professora Claudia Brieva afirmaram que os juízes na Colômbia priorizam os casos relacionados ao tráfico de drogas e mineração ilegal em detrimento do tráfico de animais selvagens, que ainda é muito pouco reconhecido na região amazônica do país.<sup>203</sup> “[Os juízes] não se posicionam sobre o tráfico de animais silvestres porque têm medo de perder popularidade nas comunidades ou simplesmente porque não veem um papagaio sendo traficada dentro de um filme fotográfico como motivo para mandar alguém para a prisão”, disse Fernando Trujillo.<sup>204</sup>

No final das contas, as espécies protegidas de peixes ornamentais traficadas para fora da região amazônica da Colômbia são vítimas de redes criminais e da união de forças de funcionários corruptos. Com a falta de capacidade oficial para monitorar o comércio legal, com as zonas de fronteira porosas usadas como pontos de trânsito e a alta demanda internacional por espécies exóticas, o tráfico de peixes ornamentais prospera na Bacia Amazônica, já que as autoridades da Colômbia ignoram amplamente os crimes contra a animais silvestres.<sup>205</sup>

# Corrupção em todas as etapas: atores jurídicos encontram redes criminais

Do tráfico de peixes ornamentais à grilagem de terras, a corrupção lubrifica as engrenagens de todos os motores do crime ambiental, alimentando o desmatamento e a perda de biodiversidade na região amazônica da Colômbia. Atores legais (indivíduos e redes corruptas, muitas vezes em parceria com funcionários públicos ou autoridades estaduais), agem como facilitadores para garantir a operação tranquila da extração ilegal de madeira, cultivo ilícito de coca, grilagem de terras, mineração ilegal e tráfico de animais silvestres em toda a região.

Madeleine Pérez Ojeda, promotora especializada em crimes ambientais, fez uma apresentação detalhando suas experiências na luta contra o desmatamento na Colômbia em uma conferência internacional sobre “Experiências no combate ao desmatamento”.<sup>206</sup> Pérez revelou que “atores legais com seus discursos duplos e meios corruptos” tiveram uma influência ainda maior no desmatamento na Colômbia do que grupos ilegais.<sup>207</sup>

## “Invisíveis” corrompem as Corporações Regionais Autônomas para o Desenvolvimento Sustentável (CARs)

Conforme mencionado anteriormente, as CARs são órgãos descentralizados e semiautônomos encarregados de regular o uso dos recursos naturais — como a

madeira — e o comércio legal da fauna em toda a Colômbia.<sup>208</sup> Essas agências regionais são altamente suscetíveis à corrupção. Agentes corruptos que trabalham para CARs, encarregados de evitar crimes ambientais em todo o país, em vez disso, fomentam o tráfico de madeira e de animais silvestres em alguns casos. Evidências sugerem que a CAR da Amazônia — Corpoamazonia — não escapou desse comportamento.<sup>209</sup>

## Riscos de corrupção enfrentados por CARs em nível nacional

Em nível nacional, as CARs têm sido afetadas por irregularidades. Em julho de 2018, o Ministério Público informou que estava realizando ativamente 256 investigações preliminares e 43 investigações disciplinares para averiguar supostas “irregularidades” cometidas por funcionários da CAR em todo o país.<sup>210</sup> Na ocasião, o procurador-geral Fernando Carrillo Flórez expressou publicamente sua preocupação sobre como algumas CARs vinham administrando sanções contra crimes ambientais e a concessão de licenças florestais.<sup>211</sup> Desde então, as investigações sobre a administração desses órgãos têm prosseguido, pois também são acusados de práticas irregulares de contratação.<sup>212</sup>

As CARs enfrentam a ameaça constante de serem infiltradas por elites econômicas ou políticas regionais, que têm interesse declarado em saquear a Colômbia. Numerosas fontes revelaram que tais agências se tornaram fortalezas políticas permeadas por elites com forte interesse em lucrar com o crime ambiental. “Algumas CARs estão ligadas aos invisíveis”, revelou um especialista no setor florestal da Colômbia sob condição de anonimato. “São senadores que representam a região no Congresso Nacional (Capitório Nacional) e atuam como patrocinadores políticos que protegem os crimes ambientais”.<sup>213</sup>

Essas elites desafiam as leis que buscam gerar maior controle sobre o uso da floresta, bem como propostas legislativas para combater a corrupção dentro das CARs. Projetos de lei propostos para aumentar a transparência em torno das formas como as CARs operam falharam repetidamente em tornarem-se lei. Isso incluiu a Proposta 278, que foi apresentada ao Senado em 2019, na tentativa de mudar a forma como as CARs eram administradas.<sup>214</sup> Em 2020, outro projeto de lei que visava reformar as CARs e eliminar a reeleição de diretores da CAR para mitigar a corrupção não foi sancionado, depois que o Senado não o aprovou.<sup>215</sup> Mais recentemente, em abril de 2021, a Câmara dos Deputados da Colômbia passou uma nova proposta ao Senado, em uma nova tentativa de reformar as CARs.<sup>216</sup> No entanto, dada a longa lista de esforços anteriores fracassados para executar tais mudanças, essa proposta não é particularmente promissora.

Criminosos e interesses “invisíveis” também facilitam os crimes ambientais, pressionando por práticas irregulares de contratação. Isso abre uma porta através da qual as elites podem influenciar o trabalho das CARs e continuar a lucrar com os crimes ambientais. A Procuradoria-Geral da República e a Controladoria-Geral da União alertaram que algumas CARs atuam como “fortalezas políticas”.<sup>217</sup> O pesquisador René López Camacho explicou como nas CARs, por exemplo, advogados e veterinários são contratados para fiscalizar as florestas. Alguns podem não ser qualificados para realizar este trabalho. “Quem concede a eles essa posição? Um político, um ‘invisível’ que se beneficia por ter um aliado dentro”, explicou Camacho.<sup>218</sup>

## Riscos de corrupção enfrentados pela Corpoamazonia

A Corpoamazonia parece se enquadrar nesse padrão de práticas irregulares. Governadores e prefeitos em funções na região amazônica usam seus laços com os funcionários da CAR para continuar desmatando a floresta sem consequências. “Não é conveniente para governadores e prefeitos da região amazônica limitar a autonomia das CARs”, afirma um acadêmico especialista em questões florestais. “Eles [governadores e prefeitos] possuem grandes extensões de terra e negócios nessas terras. Eles podem estar desmatando, mas como são ‘amigos’ do diretor da CAR, sabem que não serão investigados. É um círculo vicioso”.<sup>219</sup>

Um funcionário da Autoridade de Parques Nacionais da Colômbia, com sede no departamento do Amazonas, afirma que a Diretoria Geral da Corpoamazonia mantém laços muito estreitos com os clãs políticos do departamento do Amazonas, incluindo membros da elite das famílias Benjumea e Acosta.<sup>220</sup> Membros dessas famílias entraram e saíram de cargos públicos como prefeitos e deputados por cerca de três décadas. Apesar de terem exercido o poder político por muito tempo no Amazonas, membros dessas famílias foram implicados em investigações de corrupção.<sup>221</sup> Por exemplo, em 2019, foi revelado que o Ministério Público anticorrupção estava em processo judicial aberto duas décadas antes contra o ex-prefeito de Letícia, Jhon Alex Benjumea Moreno, relativo à venda irregular de terras durante sua gestão. Benjumea supostamente vendeu um lote de nove hectares de terras públicas na capital amazonense por uma fração de seu valor.<sup>222</sup>

Os tentáculos da família Benjumea vão muito além da política e entram no reino do tráfico de animais silvestres. O ex-parlamentar Octavio Benjumea Acosta atua como representante legal do Zoológico Ikozoa

(Fundação Ikozoa Bioparque Amazonas) em Leticia.<sup>223</sup> Vários especialistas em crimes ambientais confirmaram que em muitos casos o zoológico — no lugar de outras instituições — recebeu animais apreendidos pela Corpoamazonia.<sup>224</sup> Isso ocorreu em grande parte como resultado da relação existente entre a autoridade ambiental e a família Benjumea, de acordo com ambas as fontes.<sup>225</sup> Em vez de proteger essas espécies, Ikozoa mais tarde supostamente as vende — confirmaram ambas as fontes.<sup>226</sup>

Mais abaixo na cadeia, também há evidências de agentes corruptos da CAR no local, facilitando a extração ilegal de madeira e o tráfico de animais silvestres na Amazônia colombiana e além. Quando os agentes da CAR apreendem carregamentos ilícitos de madeira pertencentes a um madeireiro ilegal que trabalha em aliança com um “padrinho político”, essa corrupção é evidente. Em tais casos, o chamado “padrinho” supostamente liga para o diretor da agência da CAR relevante, ordenando que os agentes devolvam a madeira ao seu “proprietário”.<sup>227</sup>

Além disso, Ruben Moreno revelou que alguns funcionários corruptos da CAR agilizam pedidos de autorizações que permitem o uso de florestas naturais, enviados pelos solicitantes, em troca de algum tipo de benefício.<sup>228</sup> Eles aceleram deliberadamente o processo de autorização, pulando as etapas para verificar as informações incluídas no pedido e sem fazer uma visita ao território onde o requerente pretende extrair madeira.<sup>229</sup> “As licenças de extração (são concedidas para) abranger territórios onde não há nada”, disse René López Camacho. “Não há como verificar se os pedidos de extração de madeira coincidem com a realidade”.<sup>230</sup>

Antes de 2018, quando uma autorização de trânsito on-line conhecida como Salvoconducto Único Nacional en Línea (SUNL), entrou em vigor, era comum que funcionários corruptos da CAR concedessem

autorizações de trânsito em branco a intermediários (*fixers* e transportadores) que mais tarde as preencheria com dados fraudulentos para mover e vender madeira de origem ilegal.<sup>231</sup> Ruben Moreno explicou como funcionários corruptos da CAR emitem autorizações de trânsito com informações falsas para beneficiar intermediários envolvidos no comércio de madeira [*fixers*].<sup>232</sup> “O funcionário anota um volume de madeira [a ser transportado] na licença que é superior ao autorizado. Em vez de escrever 20 metros cúbicos, ele escreve que 200 metros cúbicos podem ser movidos e com isso a madeira [ilegal] é lavada”, segundo um especialista.<sup>233</sup>

Quanto ao tráfico de animais selvagens, sabe-se que agentes da CAR sob a influência de atores externos fazem vista grossa ao tráfico ilícito de animais e ao uso indevido de espécies. Está cada vez mais claro que funcionários corruptos que trabalham para a CAR — e outras agências, como a Autoridade Nacional de Licenças Ambientais (ANLA) e Minambiente — evitam deliberadamente rastrear animais que entram e saem de zoológicos ou bioparques, em grande parte devido à pressão das elites “invisíveis”.<sup>234</sup> Fernando Trujillo informou que parlamentares têm investido em projetos de exportação de peixes ornamentais, que servem de fachada para o tráfico de animais silvestres.<sup>235</sup> Como parte disso, os políticos pressionam as autoridades ambientais regionais e nacionais para que acessem as licenças e evitem os controles, de acordo com Trujillo.<sup>236</sup>

## Instituições infiltradas: de cima abaixo

Enquanto os agentes corruptos da CAR fomentam a extração ilegal de madeira e o tráfico de animais silvestres na região amazônica da Colômbia, funcionários de outras instituições públicas também facilitam os crimes ambientais. Isso ocorre principalmente quando as elites políticas têm interesse financeiro direto em uma atividade ou quando subornos são pagos a funcionários em troca de favores.

Em primeiro lugar, quando as elites que trabalham em instituições públicas têm um interesse claro em um crime ambiental, as ações tomadas para coibi-lo costumam ser escassas. Por exemplo, Alejandra María Laina Agudelo, pesquisadora da equipe técnica de aplicação da lei da Fundação para a Conservação e Desenvolvimento Sustentável (Fundación para la Conservación y el Desarrollo Sostenible - FCDS) - uma organização não governamental que estuda o desenvolvimento sustentável e a conservação em Colômbia - disse que funcionários corruptos de vários ministérios têm interesses na grilagem de terras na região amazônica do país.<sup>237</sup> Segundo Laina, isso explica a escassez de ações de combate à atividade nos últimos anos.<sup>238</sup> “Eles se moveram sistematicamente para não fazer nada”, afirmou, acrescentando que funcionários de vários ministérios “não estão fazendo nada para impedir que as comunidades indígenas tenham seus territórios invadidos”.<sup>239</sup> Ela atribuiu essa falta de atitudes aos “políticos envolvidos” na grilagem de terras.<sup>240</sup>

Alinhado com isso, governantes também têm facilitado diretamente a atividade nas secretarias da Amazônia, segundo Laina.<sup>241</sup> “Recursos públicos foram investidos em estradas ilegais”, afirmou Laina, acrescentando que os construtores de rotas ilegais teriam “pegado emprestado” maquinário usado pelos governos locais e regionais para a atividade.<sup>242</sup> Uma vez construída, essa infraestrutura abre caminho para que a floresta seja desmatada com mais

facilidade, a terra seja ocupada ilegalmente e outros crimes ambientais ocorram.

Funcionários e autoridades estaduais têm facilitado crimes ambientais em toda a região em troca de subornos. Os *cocaleiros* rurais na Colômbia revelaram que “pagam aos soldados para não erradicarem suas plantações de coca ou para que apenas destruam parte delas, enquanto registram a erradicação como completa”.<sup>243</sup> Essa dinâmica é relativamente comum onde o estado mantém uma presença fraca, o que é o caso de grande parte da região amazônica.

Policiais, oficiais do Exército e da Marinha baseados em pontos críticos de mineração permitem a entrada de máquinas sabendo que serão utilizadas para mineração ilegal.<sup>244</sup> Eles também permitem a movimentação de suprimentos, como combustível ou mercúrio, e dos próprios mineiros ilegais, em troca de subornos.<sup>245</sup> De maneira semelhante com seu papel no fomento ao cultivo de coca, essas autoridades também evitam realizar intervenções visando a mineração ilícita quando os pagamentos são feitos.<sup>246</sup>

Ao mesmo tempo, policiais alocados em postos de controle ao longo de rodovias e hidrovias em toda a região recebem propina para permitir que carregamentos de madeira de origem ilegal passem pelos postos de controle. “Eles só aceitam notas de 50 mil pesos (US\$ 13) ou mais”, disse um representante do Conselho Florestal da Amazônia (Mesa Forestal de la Amazonía), uma mesa redonda formada para permitir a colaboração entre os setores público e privado na organização do setor florestal em toda a região. Ele garantiu que em uma viagem da cidade costeira de Buenaventura até a capital da Colômbia, Bogotá, “um transportador pode chegar ao seu destino sem nenhuma autorização de trânsito, se carregar um milhão de pesos (US\$ 300) para subornar a polícia”.<sup>247</sup>

Na verdade, diferentes especialistas concordaram que, para mover madeira, pagar

subornos a policiais corruptos e membros do exército é um pré-requisito. Mesmo quando se trata de madeira de origem legal a polícia tenta lucrar. O representante do Conselho Florestal da Amazônia explicou que há cerca de quatro anos ele contratou um transportador (motorista de caminhão) para transportar madeira de origem legal do departamento do Amazonas para Bogotá. Esse transportador cobrou quatro milhões e meio de pesos (cerca de US\$ 1.200). Essa taxa incluía um milhão de pesos (quase US\$ 300) para pagar subornos nos postos de controle rodoviários da polícia, porque “a polícia queria pagamento mesmo que o carregamento fosse legal”, revelou o representante. “Eles podem segurar um caminhão por horas e dizer que só podem deixá-lo andar quando o órgão ambiental competente chegar para examinar [a madeira]. Como o transportador não pode esperar tanto tempo, ele decide fazer o pagamento à polícia e seguir em frente”.<sup>248</sup>

Subornos também são pagos para facilitar a grilagem de terras na região, principalmente para juízes. Alejandra Laina confirmou que os juízes podem ser pagos para conceder reivindicações ilícitas de terras onde não deveriam.<sup>249</sup> Alejandro Reyes Posada, um especialista em pesquisa e consultor que estudou extensivamente a grilagem de terras, revelou que, historicamente, juízes, de forma “ilegal”, doam terras públicas na Colômbia. De acordo com Mongabay, a Superintendência de Pessoal dos Serviços Notariais e Registro informou que mais de 672.000 hectares foram “legalizados”, graças a juízes, mas “presumivelmente são terras desocupadas que pertencem à nação”.<sup>250</sup>

# Resiliência do Estado

A presença de atores corruptos que têm interesse em permitir que o crime ambiental aconteça, juntamente com uma falta de capacidade geral, de recursos e de vontade política para combater as atividades relacionadas, é uma mistura explosiva que está destruindo a Amazônia colombiana. Embora haja esforços para fortalecer a resiliência ao crime ambiental na região, incluindo novas estruturas legislativas, algumas demonstrações de vontade política e liderança por parte do governo e cooperação internacional, ainda há um longo caminho a percorrer.

## Quadro Legislativo

A Colômbia tem uma série de leis em vigor para combater o crime ambiental em seu Código Penal, mas existem vazios jurídicos. As regulamentações ambientais têm se concentrado tradicionalmente na emissão de autorizações e licenças para o manejo e uso de recursos naturais.<sup>251</sup> No entanto, falta uma abordagem real quando se trata de erradicar o crime ambiental. Essas carências constituem uma janela de oportunidade para atores criminais que buscam saquear a Amazônia colombiana.

Os artigos 328-339 do Código Penal colombiano na Lei 599 de 2000 estabelecem as normas para lidar com crimes ambientais no país. Essa lei cobre o uso ilícito de recursos naturais, danos ambientais, pesca ilegal, exploração mineral e outras áreas.<sup>252</sup> No entanto, esse marco legal é bastante genérico.<sup>253</sup> As normas existentes costumam ser mencionadas sem uma explicação detalhada do que implicam, deixando espaço para que o crime ambiental prospere na Amazônia colombiana, com escassas

consequências para os perpetradores.<sup>254</sup> As penalidades por infringir essas leis variam de dois a dez anos de prisão até o pagamento de uma pequena multa. Isso não é um impedimento eficaz, visto que o crime ambiental cresce em toda a região.<sup>255</sup>

Mais recentemente, um novo projeto de lei foi apresentado para atualizar a legislação sobre crimes ambientais. Se aprovado, mostrará que a Colômbia está levando mais a sério a proteção de sua Amazônia e outras regiões biodiversas. Ao longo do ano de 2021, o Congresso vem debatendo esse projeto de lei — que cobre crimes ambientais de todos os tipos. A proposta pretende estabelecer o tráfico de animais selvagens como um crime autônomo, legislar novas infrações criminais e fortalecer as penas aplicadas aos infratores que danificam o meio ambiente.<sup>256</sup>

A adoção da Política Nacional de Controle do Desmatamento e Gestão Sustentável de Florestas, emitida pelo Conselho Nacional de Política Econômica e Social - CONPES, no documento 4021 de 2019, foi outro avanço significativo.<sup>257</sup> Essa política nacional visa reduzir o desmatamento na Colômbia incorporando estratégias de uso florestal sustentável e promovendo estratégias de controle preventivo e territorial para minimizar atividades ilegais que afetam áreas de floresta primária.<sup>258</sup> No entanto, a estratégia é insuficiente em algumas áreas. Os pontos de ação apresentados no CONPES 4021 não correspondem diretamente às causas identificadas do desmatamento ou respondem a contextos regionais. A política também falha em reconhecer os diferentes tipos de atores envolvidos nas atividades de desmatamento da Colômbia, que são abrangentes.<sup>259</sup>

Além disso, as leis administrativas tradicionais colombianas mal reconhecem o alcance dos documentos do CONPES, que são instrumentos não vinculantes.<sup>260</sup> Isso pode limitar a influência do CONPES 4021 na redução dos crimes ambientais que afetam a Amazônia colombiana.

Junto com a legislação mais ampla destinada a combater o crime ambiental na Colômbia, alguns regulamentos deram passos importantes para combater fatores específicos de desmatamento e perda de biodiversidade no país, como o tráfico de animais silvestres e a mineração ilegal.

Por meio da Lei 17 de 22 de janeiro de 1981, a Colômbia aprovou a Convenção sobre o Comércio Internacional de Espécies da Fauna e Flora Selvagens Ameaçadas de Extinção (CITES), assinada em Washington em 1973. Essa foi a primeira ferramenta normativa estritamente dedicada ao combate ao tráfico de fauna e flora e tem sido decisiva na identificação e proteção de espécies ameaçadas.<sup>261</sup>

Quanto à mineração ilegal, em 2015 a Agência Nacional de Mineração da Colômbia (Agência Nacional de Minería - ANM), responsável pela gestão dos recursos minerais estatais, introduziu uma nova política que significava que todos os mineiros e empresas que desejam comercializar legalmente minerais têm que se registrar no Órgão de Registro de Vendas de Minerais (RUCOM).<sup>262</sup> Desde a sua criação, o RUCOM reforçou o controle em torno da exploração legal de minerais.

A Lei 1.658 de 2013 proíbe o uso de mercúrio em qualquer atividade extrativa.<sup>263</sup> Em 2023, entrará em vigor a proibição total do uso industrial (produção e venda) de mercúrio.<sup>264</sup> A proibição foi estabelecida de acordo com a Convenção Internacional de Minamata (ratificada pela Colômbia em 2019), que buscou erradicar o uso do produto químico em todo o mundo.<sup>265</sup> Isso tornará o mercúrio — que é comumente usado por mineradores artesanais de pequena escala — mais difícil de obter, potencialmente empurrando o comércio para a ilegalidade.

Mais especificamente para a extração ilegal de madeira, a criação da licença de trânsito on-line (Salvoconducto Único Nacional en Línea - SUNL), por meio da Resolução 1909 de 2017, permitiu que os funcionários

rastreassem mais facilmente a madeira durante seu trânsito.<sup>266</sup> No entanto, a implementação desse mecanismo continua enfrentando seus desafios. Em regiões com acesso instável ou irregular à Internet, como a Amazônia, as autorizações de trânsito ainda são impressas fisicamente pela Corpoamazonia. Isso permitiu aos transportadores fotocopiar autorizações e usá-las mais de uma vez.<sup>267</sup> Dessa maneira, a madeira continua a ser lavada através do uso de documentação legal.<sup>268</sup>

## Justiça criminal

A Procuradoria-Geral da Colômbia possui uma unidade especializada dedicada ao crime organizado, mas o escritório encarregado do crime ambiental atualmente é a Diretoria de Direitos Humanos.<sup>269</sup> “Isso faz com que os crimes ambientais não recebam atenção suficiente”, afirma o especialista César Rey.<sup>270</sup>

A Unidade de Informação e Análise Financeira da Colômbia (Unidad de Información y Análisis Financiero - UIAF), que tem como objetivo combater a lavagem de dinheiro, no entanto, não se dedica ao crime ambiental. Embora crimes como mineração ilegal, tráfico de animais silvestres e extração ilegal de madeira estejam intrinsecamente ligados à lavagem de dinheiro, essa unidade fez muito pouco para concentrar seus esforços nessas atividades até o momento, com exceção da mineração.<sup>271</sup>

Como as unidades especializadas em grande parte não conseguem enfrentar o crime ambiental na Colômbia, a abordagem escolhida tem sido as intervenções abrangentes. Foram realizadas interceptações cobrindo vários departamentos, estimuladas pela Operação Artemisa, uma campanha militarizada lançada pelo presidente Iván Duque Márquez em abril de 2019 para reconquistar as florestas da Colômbia e combater o desmatamento.<sup>272</sup> As intervenções realizadas no âmbito da Operação Artemisa

tentaram erradicar o crime ambiental na Amazônia colombiana executando prisões. Uma série de intervenções foram realizadas ao longo de dois dias em fevereiro de 2021. Como resultado, 40 pessoas foram pegas e indiciadas por envolvimento em mineração ilegal e outras atividades que impulsionam o desmatamento em Guaviare e Caquetá, entre outros departamentos.<sup>273</sup>

No entanto, surgiram dúvidas sobre até que ponto as forças armadas envolvidas na Operação Artemisa apoiaram sua nova função. O descontentamento tem sido aparente entre alguns soldados que não veem a proteção dos recursos naturais e o combate ao desmatamento como parte central das funções militares.<sup>274</sup>

Por outro lado, é importante destacar que, quando a justiça criminal é aplicada dessa forma na Amazônia colombiana, tipicamente aqueles com a menor influência na expansão dos diferentes crimes ambientais são aqueles pegos, especialmente quando as forças armadas estão sob pressão para mostrar “resultados imediatos”. Enquanto isso, as atividades de financiamento que impulsionam o desmatamento permanecem amplamente livres e as redes criminais intactas.<sup>275</sup>

As estratégias militarizadas que adicionalmente incorporam alternativas econômicas para a população local — que podem se envolver na extração ilegal de madeira, mineração e cultivo de coca devido ao desespero econômico — são as que têm maior probabilidade de combater o crime ambiental de forma sustentável.<sup>276</sup> Essas estratégias funcionam ao mostrar às comunidades oportunidades de romper com essas atividades, em vez de puni-las arbitrariamente. As abordagens militarizadas por si só parecem ter um impacto escasso no combate ao desmatamento.<sup>277</sup>

## Vontade política e liderança

O acompanhamento das propostas oficiais para aumentar a importância do combate ao crime ambiental como uma prioridade nacional tem sido insuficiente na Colômbia. Por exemplo, o Documento de Segurança Nacional da Colômbia (Política de Defesa e Segurança - PDS) apresentou uma tentativa de reformular a noção do que constitui “crime” na Colômbia para ser mais fortemente orientado em torno do impacto ambiental das atividades ilícitas.<sup>278</sup> O documento indicava que crimes que ameaçavam o meio ambiente, como o tráfico de drogas, deveriam ganhar mais foco.<sup>279</sup> Embora marcando uma ruptura radical no pensamento oficial, esse documento quase não foi implementado, exceto por meio da Operação Artemisa.

Para combater a mineração ilegal, o governo Duque está atualmente considerando centralizar o mercado de ouro e quer que o Congresso aumente as penas em torno dos crimes ambientais.<sup>280</sup> Alinhada com esses esforços, uma nova unidade militar foi criada em fevereiro de 2021 visando o controle das operações de mineração ilícitas.<sup>281</sup> O impacto de tais ações para a região amazônica da Colômbia ainda não é claro.

## Cooperação internacional

A Colômbia tem cooperado ativamente com outros países, organizações internacionais e agências internacionais de combate ao crime, como a Interpol, para combater os crimes ambientais que estão devastando sua região amazônica e outras partes do país.

Os governos do Peru e da Colômbia vêm cooperando há anos para monitorar e prevenir a mineração ilegal e o desmatamento ao longo da fronteira amazônica que compartilham. Em agosto de 2019, o presidente Duque se

encontrou com o ex-presidente peruano, Martín Vizcarra, em uma reunião do Gabinete Binacional, onde assinaram uma declaração presidencial conjunta.<sup>282</sup> Na declaração, ambas as partes reconheceram a necessidade de unir forças para proteger a Bacia Amazônica, abrindo caminho para uma maior coordenação no combate ao crime ambiental em toda a região. Embora essa declaração continue em vigor, e acordos bilaterais e reuniões bem divulgadas ocorram em relação a ela, ainda se observam poucos resultados concretos.<sup>283</sup>

A Colômbia também é signatária do Acordo Escazú, um tratado regional que visa aprofundar o vínculo entre a proteção ambiental e os direitos humanos na América Latina e no Caribe. O acordo visa reduzir os conflitos que levam ao assassinato de defensores ambientais em toda a região.<sup>284</sup> Embora a Colômbia tenha assinado o acordo, ele ainda precisa ser ratificado pelo Congresso do país. Se o acordo não for ratificado, o país não terá o compromisso de seguir suas diretrizes, mesmo quando ele entrar em vigor.<sup>285</sup>

Juntamente com o seu trabalho com outras nações da região, a Colômbia tem um histórico de colaboração com organizações internacionais para combater o crime ambiental na região amazônica e além. Mesmo antes de se tornar um membro reconhecido da OECD, a Colômbia trabalhou com a organização para fortalecer cadeias responsáveis pelo abastecimento de minerais por meio de auditoria e conformidade. Em 2018, o governo da Colômbia assinou um acordo para tomar medidas mais firmes para implementação do Guia de Devida Diligência da OCDE nas cadeias de suprimento de ouro do país.<sup>286</sup> A nação concordou em “incluir melhores verificações de antecedentes em seu registro de mineração, estabelecer um mecanismo de monitoramento de minas para avaliar os riscos em locais de mineração artesanal e apoiar a capacitação da indústria e do governo”.<sup>287</sup> Embora esse tenha sido um passo promissor, o ouro ilícito continuou a jorrar do país à medida que o preço do

metal precioso disparava, de acordo com um relatório sobre o comércio publicado pela Global Financial Integrity no início de 2021.<sup>288</sup>

Agências especializadas na Colômbia também uniram forças com organizações internacionais para combater a mineração ilegal. Mais recentemente, foi relatado que a Agência Nacional de Mineração da Colômbia se associaria ao Banco Interamericano de Desenvolvimento e ao Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) para facilitar o acesso a empréstimos para pequenos mineiros que desejam melhorar seus processos.<sup>289</sup> Esse esforço colaborativo terá como objetivo minimizar o impacto da mineração em pequena escala na Colômbia, mas seus resultados ainda não são claros.

Os regulamentos atualizados da União Europeia e o reconhecimento internacional de crimes ambientais na região podem mudar o jogo. Padrões mais verdes e garantias de conformidade já são exigências, com as empresas cada vez mais cientes. A Comissão Europeia também se comprometeu a publicar uma proposta legislativa em junho de 2021, que procurará minimizar os riscos de desmatamento e degradação florestal associados aos produtos colocados no mercado da União Europeia.<sup>290</sup> O impacto que tal ação terá na redução do desmatamento na Amazônia colombiana, particularmente, ainda está por vir.

Outros órgãos internacionais reconheceram publicamente a dimensão do problema. No final de 2020, Cláudio Maretti, vice-presidente regional da América do Sul da Comissão Mundial de Áreas Protegidas da União Internacional para Conservação da Natureza (IUCN), alertou que o desmatamento na Amazônia colombiana era pior do que no Brasil.<sup>291</sup> Embora o crime ambiental que a região enfrenta tenha sido observado em nível internacional, poucas medidas substanciais foram tomadas posteriormente para conter o problema até o momento.

## Sociedade civil

Apesar dos esforços feitos com organizações internacionais e por outros países para combater o crime ambiental, a Colômbia é o lugar mais perigoso do mundo para ser um defensor do meio ambiente, de acordo com os dados mais recentes disponíveis da Global Witness.<sup>292</sup> Em 2019, 64 defensores ambientais foram mortos na Colômbia, representando cerca de um terço do total de mortes registradas globalmente.<sup>293</sup> Os líderes comunitários lutam para afastar as redes criminais envolvidas na mineração, extração de madeira e cultivo ilegal de coca dentro e ao redor de seus territórios.<sup>294</sup> Criminosos geralmente respondem a isso com violência e ameaças, em muitos casos, assassinando pessoas que estão em seu caminho.<sup>295</sup> Defensores recebem muito pouco apoio do Estado e são deixados essencialmente sozinhos em seus esforços para proteger a região amazônica e outros focos de biodiversidade do desmatamento, degradação e contaminação.<sup>296</sup>

Algumas iniciativas que buscam engajar a sociedade civil na luta contra o crime ambiental na região têm se mostrado muito promissoras. O Minambiente tem colaborado com a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO) e a União Europeia para promover práticas florestais sustentáveis pelas comunidades locais desde 2018, por meio de um projeto denominado *Forestaria Comunitaria*, ou “Florestas Comunitárias”. Isso foi implementado em Putumayo e em outros departamentos.<sup>297</sup> Iniciativas sociais desse tipo visam fornecer à população local outras alternativas no lugar do trabalho em economias ilícitas que têm um impacto negativo sobre o meio ambiente. Eles também monitoram áreas que podem ser invadidas por atores criminais.

Adicionalmente, os processos de formalização trouxeram membros das comunidades locais — que, sem eles, poderiam se

envolver na mineração ilegal ou no cultivo ilícito — para atividades econômicas, sociais e políticas nacionais regulamentadas.<sup>298</sup> Até o momento, a formalização tem sido uma forma particularmente forte de combater o desmatamento na Colômbia, mas também é um tema onde maiores esforços podem ser feitos.

O governo colombiano há muito tenta trazer os mineiros informais para a economia formal para promover uma abordagem mais sustentável à extração mineral, inclusive na região amazônica.<sup>299</sup> Contudo, em alguns casos, os mineiros de pequena escala perderam os prazos de registro, complicando os esforços do governo para formalizar o setor.<sup>300</sup> Tais programas limitam o escopo de atuação irregular para esses atores de pequena escala e fornecem efetivamente um conjunto de regras e diretrizes que eles devem seguir no setor formal para realizar seu trabalho. Quando seguidas, essas regras reduzem os danos ambientais da mineração artesanal e da cultura agrícola.

Na mesma perspectiva, membros de comunidades indígenas na Amazônia colombiana têm defendido maiores esforços de formalização para conter o crime ambiental e o desmatamento na região. Um membro da Reserva Yaguara II sugeriu “estabelecer uma fronteira agrícola firme, formalizar títulos para agricultores da região, fornecer educação e treinamento para mudar práticas destrutivas, oferecer garantias de saúde e educação, trabalhar com associações locais para reflorestar e recrutá-los para o controle do meio ambiente” como formas de combate ao desmatamento na região.<sup>301</sup>

---

*“Membros de comunidades indígenas na Amazônia colombiana têm defendido maiores esforços de formalização para conter o crime ambiental e o desmatamento na região.”*

---

# Conclusões e oportunidades de intervenção

Apesar das amplas tentativas feitas para combater o crime ambiental no país, a região amazônica da Colômbia continua a ter seus minerais preciosos saqueados e espécies exóticas de madeira e criaturas ameaçadas de extinção. Uma série de conclusões pode ser tirada sobre a situação dos crimes ambientais que devastam a região amazônica hoje.

## 1. As redes criminais estão se ramificando — mas nem todos os crimes ambientais na região são organizados

Redes criminais se ramificaram na mineração ilegal, extração de madeira, tráfico de animais selvagens e grilagem de terras na Amazônia colombiana com maior veemência desde a desmobilização das FARC.<sup>302</sup> Em alguns casos, os próprios dissidentes das FARC têm cometido esses crimes enquanto supervisionam o cultivo de coca.<sup>303</sup> No entanto, nem todo crime ambiental é organizado. Embora suas ações possam ser ilegais, os membros das comunidades locais envolvidos na extração ilegal de madeira, plantio de coca ou captura de papagaios por necessidade econômica ou medo dificilmente podem ser considerados “criminosos”. Além disso, atividades como o tráfico de animais silvestres podem se desenvolver de forma caótica, com os habitantes locais capturando criaturas para revenda ilegal, muitas vezes sem saber que acabarão nos mercados do outro lado do mundo.<sup>304</sup>

## 2. Os “invisíveis” são a raiz do crime ambiental

Aqueles que financiam e orquestram a extração ilegal de madeira, mineração, tráfico de animais silvestres e grilagem de terras na região amazônica da Colômbia costumam ser empresários criminosos “invisíveis” que permanecem fora do radar das autoridades. Embora tais atores possam nunca ter pisado em solo amazônico, seu acesso ao capital financeiro, poder sociopolítico e conexões permite a eles comandar esquemas de crimes ambientais em escala industrial. Como as forças de trabalho empregadas para derrubar árvores e extrair ouro obtêm uma renda precária, são os “invisíveis” que arrecadam os lucros de tais atividades. De *patrones* que coordenam o tráfico de madeira a apropriadores que orquestram a grilagem de terras, esses empresários trabalham por meio de intermediários, o que torna particularmente difícil rastreá-los e detê-los.

## 3. A corrupção lubrifica as engrenagens do crime ambiental

Os “facilitadores” corruptos desempenham um papel fundamental para garantir que os recursos naturais retirados da Amazônia colombiana cheguem do ponto A ao B sem percalços. Esses “facilitadores” podem ser funcionários estaduais ou autoridades responsáveis pelo combate ao crime ambiental.<sup>305</sup> Os crimes ambientais que afetam a região são sustentados pela corrupção em cada etapa do processo. Na fase de extração, a polícia evita invadir minas ilícitas quando é paga.<sup>306</sup> Juízes corruptos legalizam reivindicações de terras supostamente protegidas em toda a região, apoiados por funcionários de instituições estaduais e governantes regionais com interesse na grilagem de terras.<sup>307</sup> Redes criminais e empresários contam com o apoio desses facilitadores que lucram com a destruição da região amazônica da Colômbia fora dos holofotes.<sup>308</sup>

#### 4. Rotineiramente autoridades falham em erradicar o crime ambiental

Embora alguns passos tenham sido dados por sucessivos governos colombianos para combater o crime ambiental na região amazônica do país, essas medidas têm sido ineficazes. Intervenções militares — como a Operação Artemisa — focaram desproporcionalmente nas forças de trabalho mal pagas que cortam e queimam florestas, extraem ouro dos leitos dos rios e semeiam coca.<sup>309</sup> A Política de Segurança Nacional prometeu reformular a noção de crime da Colômbia para se concentrar mais na preservação dos recursos naturais, mas isso teve um impacto mínimo no local.<sup>310</sup> As abordagens atuais têm ignorado as soluções que provavelmente produzirão resultados mais sustentáveis na proteção da região amazônica da Colômbia. Eles não têm como alvo as redes “invisíveis” que financiam crimes ambientais ou se aproveitam dos benefícios de programas de formalização para comunidades que atuam como força de trabalho.

#### Olhando para o futuro: Oportunidades de combate ao crime ambiental

Se as prioridades e políticas em vigor continuarem as mesmas, o desmatamento, a degradação florestal e a perda de biodiversidade continuarão em toda a região.

Uma ruptura com a estratégia atual da Colômbia para combater o crime ambiental não virá na forma de uma única solução rápida. Uma abordagem integral, envolvendo agências de aplicação da lei, comunidades locais e autoridades ambientais, entre outros atores, seria um passo promissor para salvar a região amazônica da Colômbia de sua destruição contínua.

#### Oportunidades de intervenção

Para combater o crime ambiental na Amazônia colombiana várias medidas podem ser tomadas. É essencial focar naqueles que estão no topo das redes criminais facilitando e fomentando o crime ambiental. Em consonância com isso, medidas devem ser tomadas para lidar com aqueles que correm o maior risco de serem arrastados para o crime ambiental na região.

- **Trabalhar com as comunidades locais.**

Redes criminais organizadas e grupos armados não estatais costumam contratar membros de comunidades locais na região amazônica da Colômbia para cortar e queimar áreas de floresta, extrair ouro ou caçar animais. É preciso identificar quais comunidades são mais suscetíveis de serem visadas por esses grupos com base na localização geográfica; a presença de grupos armados não estatais; as oportunidades socioeconômicas disponíveis em uma determinada área e outros critérios relevantes. E, então, reunir esforços ativos para apoiar essas comunidades; focar na construção de um diálogo sustentável e construtivo com essas comunidades para entender quem pode estar por trás dos crimes ambientais que afetam a região; e descobrir que tipo de apoio a população local, defensores ambientais ou líderes comunitários precisam para combater esses crimes.

É preciso ainda trabalhar em parceria com as comunidades locais para garantir que tenham incentivos suficientes para negar as oportunidades de se envolver em crimes ambientais. Com o apoio de organizações internacionais, estabelecer programas educacionais e construir instituições da sociedade civil sólidas para efetivar os programas. Por fim, é preciso usar essas ferramentas para reduzir a governança criminosa e o controle territorial que os grupos armados não estatais têm na região. Planos como o *Forestaría*

Comunitaria, como mencionado acima, devem ser promovidos para promover o desenvolvimento econômico sustentável e melhorar as condições de vida das pessoas que vivem nas comunidades amazônicas.<sup>311</sup>

- **Priorizar os esforços anticorrupção.**

Enfrentar aqueles que facilitam o crime ambiental na região. Facilitadores encarregados de combater crimes ambientais na região estão frequentemente envolvidos em alimentá-los. É preciso reunir esforços para aumentar a inteligência acerca dos laços entre funcionários do Corpoamazonia e as elites políticas/econômicas com interesse em crimes ambientais. Bem como destinar maiores recursos para desmembrar redes contando com o apoio das autoridades. Introduzir maiores mecanismos anticorrupção nas CARs, em particular na Corpoamazonia. Para combater a grilagem de terras, é preciso aumentar as verificações de antecedentes dos juízes envolvidos em casos em que uma parte interessada tentou legalizar uma reivindicação de terra em território anteriormente pertencente ao Estado. É preciso ainda criar um órgão especializado e independente que os juízes devem consultar nesses casos e garantir que o órgão trabalhe de acordo com um conjunto de diretrizes nacionais padronizadas destinadas a combater a grilagem e o desmatamento.

- **Criar um conjunto de instrumentos para combater o crime ambiental.** Criar um conjunto robusto de ferramentas para combater crimes ambientais de todos os tipos na região. Elas incluiriam sistemas abrangentes para rastrear o movimento dos recursos naturais nas cadeias de abastecimento (ou seja, madeira) e bancos de dados para sinalizar os atores envolvidos em crimes ambientais. Para combater o tráfico de madeira, é necessário introduzir mecanismos de monitoramento, como QR code ou

programas robustos de certificação de madeira. Dispositivos eletrônicos, como o “XyloTron”,<sup>312</sup> devem ser usados para identificar se a madeira é extraída legal ou ilegalmente. Para combater a mineração ilegal, construir uma plataforma biométrica para rastrear as origens do ouro. Configurar um sistema de informação de mineração centralizado que inclua dados sobre títulos de mineração, processos de sanção e onde a mineração está ocorrendo na região amazônica.

Para cada crime ambiental que afeta a região, é necessário construir uma plataforma centralizada listando os atores envolvidos. Para combater a grilagem de terras, deve-se manter um banco de dados concentrando informações sobre atores criminosos que têm um histórico ou estão ativamente envolvidos na apropriação de territórios protegidos. O sistema deve ser facilmente acessível, atualizado regularmente e utilizado pelas autoridades competentes em nível local, nacional e internacional, uma vez que os atores com interesse na Bacia Amazônica não respeitam as fronteiras departamentais ou mesmo internacionais. Sem uma centralização das informações sobre os envolvidos em crimes ambientais na região amazônica, os criminosos continuarão atuando nas brechas.

- **Reforçar a capacidade das forças de segurança e do sistema judicial.** Oferecer treinamento técnico periódico para policiais ambientais, promotores e juízes. Isso melhorará o monitoramento e o controle dos crimes ambientais. Fortalecer também as investigações com foco em redes criminais envolvidas em crimes ambientais na região amazônica da Colômbia.
- **Acelerar a criação de uma “Força de Proteção Ambiental Abrangente”.**<sup>313</sup> No PDS 81 da Política de Defesa e Segurança, proteger os recursos nacionais é considerado um interesse de segurança

nacional. Afirma-se que o Ministério da Defesa Nacional criará uma “Força Integral de Proteção Ambiental” entre 2021 e 2022.<sup>314</sup> Essa força irá enfrentar os grupos armados não estatais, ao mesmo tempo que protegerá as fontes de água, a biodiversidade e o meio ambiente.<sup>315</sup> Acelerar a formação dessa força de combate ao crime ambiental na região amazônica é, portanto, de suma importância.

- **Criar uma “Força Tarefa Conjunta de Combate ao Tráfico de Animais Silvestres” na jurisdição da Corpoamazonia.** Integrantes da AUNAP, CAR, polícia, Ministério Público e Minambiente devem trabalhar juntos nessa força. A força deve aumentar a vigilância para prevenir crimes relacionados ao tráfico de animais silvestres. Deve centralizar o processo de identificação e busca dos envolvidos e abrigar as espécies apreendidas. A força pode contar com a cooperação da Autoridade Marítima Colombiana (Dirección General Marítima Colombiana - DIMAR), que se encarrega de executar a política do governo nessa área, e do Exército e da Marinha em alguns casos.

Paralelamente a essas etapas, a Procuradoria-Geral da República deve contratar especialistas com experiência no combate ao crime ambiental. Atualmente, os promotores precisam contar com o apoio das CARs, que às vezes vazam informações, e não têm pessoal devidamente treinado ou não podem fornecer pessoal para ajudar em tempo hábil.<sup>316</sup> Viabilizar que promotores que investigam casos de crimes ambientais na região amazônica consultem especialistas que trabalham para a Procuradoria Geral da República para evitar esses problemas. Esses especialistas podem incluir biólogos especializados, engenheiros florestais e técnicos de zoológicos e ONGs ambientais.

- **Melhorar a cooperação internacional.** Um relacionamento forte com os Estados Unidos, a União Europeia e as Nações Unidas é a chave para uma estratégia de ruptura bem-sucedida e para a capacidade de operar internacionalmente. Promover a coordenação em nível internacional para combater o crime ambiental na região amazônica da Colômbia. Desenvolver grupos de trabalho com o objetivo de fortalecer a coordenação interinstitucional para a implementação de sanções administrativas, policiais e processos criminais e disciplinares em relação às causas ilegais do desmatamento, como grilagem, plantações de drogas e extração ilegal de madeira.

A cooperação com outros países da região amazônica também é importante, visto que, em muitos casos, os crimes ambientais não são limitados por fronteiras. Por exemplo, para lidar com a mineração ilegal, é preciso promover esforços conjuntos entre as Forças Armadas da Colômbia e as forças de segurança do Brasil, para buscar os *patrones* em ambos os lados da fronteira. Embora os líderes dos países amazônicos tenham falado abertamente sobre o combate ao crime ambiental juntos nos últimos anos, soluções concretas devem ser buscadas e implementadas.<sup>317</sup> Para fazer isso, é preciso construir inteligência em torno de crimes ambientais que ocorrem na área da tríplice fronteira da Colômbia com o Brasil e o Peru. O Minambiente deve cooperar muito mais com suas contrapartes no Brasil e no Peru.

- **Organizar parcerias com o setor privado.** Para avançar, é fundamental trabalhar com órgãos do setor privado no combate ao crime ambiental na região amazônica da Colômbia. Unir companhias aéreas, autoridades portuárias e outras empresas de viagens a bordo para bloquear rotas usadas por traficantes de

animais silvestres, traficantes de madeira e contrabandistas de ouro. Juntamente com a UIAF, trabalhar em parcerias com bancos para aprimorar o controle da lavagem de dinheiro relacionada ao crime ambiental.

- **Fortalecer as medidas de combate à lavagem de dinheiro.** O tráfico de animais silvestres, a grilagem de terras e a extração ilegal de madeira devem ser incluídos como crimes com fortes ligações à lavagem de dinheiro. É necessário, portanto, fortalecer as medidas preventivas para combater a lavagem de dinheiro associada ao crime ambiental na região amazônica e fora dela. Para isso, é preciso construir um espaço para troca de experiências em como lidar com crimes ambientais entre a UIAF; o Departamento de Finanças Criminais da Procuradoria-Geral da República da Colômbia; e a Força-Tarefa de Ação Financeira (FATF).

# Notas finais

- 1 Mongabay, "[Colombia: Perfil Ambiental](#)", 6 de fevereiro de 2006.
- 2 Ibidem.
- 3 Helena García, "[Deforestación en Colombia: Retos y Perspectivas](#)", Fundación para la Educación Superior y el Desarrollo (Fedesarrollo), 2012.
- 4 Ministério da Defesa da Colômbia, "[Política de Defensa y Seguridad para a Legalidad, el Emprendimiento y la Equidad](#)", janeiro de 2019.
- 5 InSight Crime, "[FARC](#)", 6 de julho de 2004.
- 6 Instituto de Hidrologia, Meteorología e Estudios Ambientais, "[IDEAM presentó los datos actualizados del monitoreo de la deforestación en 2017](#)", 14 de junho de 2018.
- InSight Crime, "[FARC](#)", 6 July 2004.
- 7 Instituto de Hidrologia, Meteorología e Estudios Ambientais, "[Colômbia revela su primera tasa anual de deforestación](#)", 17 de outubro de 2014.
- 8 InSight Crime, "[Ex-FARC Mafia](#)", 27 de outubro de 2019.
- 9 Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC), "[Colômbia - Explotación de oro de aluvión. Evidencias a partir de percepción remota 2019](#)", outubro de 2020.
- 10 Ibidem.
- 11 Ibidem.
- 12 Ibidem.
- 13 Observatório de Drogas da Colômbia (ODC), "[Cultivos Ilícitos - Coca \(Valores en hectáreas\)](#)".
- 14 Ibidem.
- 15 Germán Quimbayo, "[¿Quién está destruyendo el ambiente? Coca, fumigación, ganadería y palma africana na Colômbia](#)", Razón Pública, 4 de maio de 2009.
- 16 Humberto Torres Llerena, "[Narcotráfico. Insumos y Medio ambiente: una visión ambiental desde la química al procesamiento de drogas ilícitas](#)", Universidad Libre, 9 de junho de 2016.
- 17 As condições ambientais e fatores externos podem afetar esse cálculo.
- 18 Ministério do Meio Ambiente da Colômbia (Minambiente), "[Colômbia, el segundo país más biodiverso do mundo, celebra el Día Mundial de la Biodiversidad](#)", 21 de maio de 2019.
- 19 Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), "[Amazonia: Posible y Sostenible](#)", 2013.
- 20 InSight Crime, "[Géner García Molina, alias 'John 40'](#)", 14 de junho de 2021.
- 21 InSight Crime, "[1st Front Dissidence \(Ex-FARC Mafia\)](#)", 13 de julho de 2019.
- 22 InSight Crime, "[Border Command](#)," 8 de julho de 2021.
- 23 InSight Crime, "[FARC](#)", 6 de julho de 2004.
- 24 Instituto de Hidrologia, Meteorología e Estudios Ambientais (IDEAM), "[Colômbia revela su primera tasa anual de deforestación](#)", 17 de outubro de 2014.
- 25 Instituto de Hidrologia, Meteorología e Estudios Ambientais (IDEAM), "[IDEAM presentó los datos actualizados del monitoreo de la deforestación en 2017](#)", 14 de junho de 2018.
- 26 Instituto de Hidrologia, Meteorología e Estudios Ambientais (IDEAM), "[Resultados de Monitoreo Deforestación 2019](#)".
- 27 Instituto de Hidrologia, Meteorología e Estudios Ambientais (IDEAM), "[Resultados del monitoreo deforastión: 1. Año 2020. 2. Primer Trimestre Año 2021](#)", 2021.
- 28 Antonio Paz, "[Según estudio, casi el 50% de la madera comercializada en Colombia sería ilegal](#)", Mongabay, 10 de julho de 2019.
- 29 Instituto de Hidrologia, Meteorología e Estudios Ambientais (IDEAM), "[Resultados del Monitoreo Deforestación: 1. Año 2020. 2. Primer Trimestre Año 2021](#)", 2021.

- 30 Instituto de Hidrología, Meteorología e Estudios Ambientais (IDEAM), “Boletín de Detección Temprana de Deforestación (DTD)”, Subdirección de Ecosistemas e Información Ambiental. Sistema de Monitoreo de Bosques y Carbono (SMBByC), terceiro semestre de julho a setembro de 2020.
- 31 InSight Crime, “[FARC](#)”, 6 de julho de 2004.
- 32 Rutas del Conflicto e Mongabay América Latina, “[Parque Tinigua: Asesinatos y Panfletos En Medio De Ganadería y Deforestación](#)”, 18 de novembro de 2019.
- 33 Ibidem.
- 34 Katie Jones, “[Organized Crime and the Environment in Latin America: A Fatal Encounter](#)”, InSight Crime, 3 de março de 2021.
- 35 Instituto de Hidrología, Meteorología e Estudios Ambientais (IDEAM), “[Resultados de Monitoreo Deforestación 2019](#)”.
- 36 Instituto de Hidrología, Meteorología e Estudios Ambientais (IDEAM), “[Caracterización de las principales causas y agentes de la deforestación a nivel nacional período 2005-2015](#)”, 2018.
- 37 Paula Alvarez Roa, “[Acaparamiento de tierras, fenómeno mundial con presencia en Colombia](#)”, Grupo Semillas, 12 de fevereiro de 2015.
- Agricultura Global, “[Grilagem de terras](#)”.
- 38 Agência Nacional de Terras, “[Acuerdo No 58 de 2018](#)”, 16 de abril de 2018.
- Autoridade de Parques Nacionais da Colômbia, “[Funciones y Deberes](#)”, 27 de setembro de 2011.
- 39 Fundação para a Conservação e o Desenvolvimento Sustentável (FCDS), “[Vuelven a abrir vía entre Calamar y Miraflores, epicentro de la deforestación en Guaviare](#)”, FCDS, 1 de abril de 2020.
- 40 Nicole Acuña Cepeda, “[Cordillera de Los Picachos: Comunidad, Guardaparques y Medioambiente En Riesgo](#)”, Rutas Del Conflicto, 18 de novembro de 2019.
- 41 Rodrigo Botero-García, Francisco López e Harold Ospino, “[Áreas protegidas amazónicas y sus servidores como víctimas del conflicto armado](#)”, Bogotá, 2019.
- 42 Edinson Arley Bolaños, “[Petróleo, terratenientes y colonos: la disputa por la tierra en La Macarena](#)”, El Espectador, 26 de fevereiro de 2020.
- Daniel Pardo, “[La Macarena: la crise que amenaza el mayor tesoro natural de Colombia \(ya miles de familias\)](#)”, BBC Mundo, 28 de fevereiro de 2020.
- 43 Tatiana Pardo Ibarra, “[Palm oil, coca and gangs close in on Colombia’s Indigenous Nukak Makú](#)”, Mongabay, 10 de dezembro de 2020.
- 44 Rodrigo Uprimny Yepes, “[¿Un plan para legalizar la apropiación de baldíos?](#)”, Dejusticia, 14 de abril de 2019.
- 45 Fundação para a Conservação e o Desenvolvimento Sustentável (FCDS), “[La Colombia Amazónica Desnudo](#)”, 8 de agosto de 2019.
- 46 InSight Crime, “[Miguel Botache Santillana, alias ‘Gentil Duarte’](#)”, 27 de outubro de 2019.
- 47 Semana Sostenible, “[Mafias pagan 5 millones de pesos por hectárea desforestada en el Meta](#)”, 8 de julho de 2020.
- 48 Ibidem.
- 49 Observatório de Drogas da Colômbia (ODC), “[Infraestructura Para La Producción De Droga Desmantelada. Producción primaria](#)”.
- 50 Ministério da Defesa Nacional da Colômbia, “[En Cauca y Caquetá destruimos 63 laboratorios rústicos para procesamiento de base de cocaína](#)”, 17 de outubro de 2020.
- 51 Programa de Colaboração das Nações Unidas para a Redução de Emissões do Desmatamento e Degradação Florestal em Países em Desenvolvimento, “[Mapeo, Caracterización Y Análisis De Los Pueblos Indígenas, Afrodescendientes Y Campesinos Para La Construcción De La Estrategia Nacional REDD + en Colombia](#)”, 2016.
- 52 Agência de Investigação Ambiental, “[Condenando el Bosque](#)”, junho de 2019.
- 53 Ibidem.
- 54 Diferentemente do desmatamento, a degradação é o resultado do corte de espécies específicas de árvores. Como resultado, a floresta está degradada. O desmatamento, por outro lado, é resultado do abate indiscriminado e arbitrário de árvores.
- 55 Agência de Investigação Ambiental, “[Condenando el Bosque](#)”, junho de 2019.
- 56 Universidade Nacional da Colômbia Sede Bogotá, Instituto de Hidrología, Meteorología e Estudios Ambientais, Programa

- Colaborativo das Nações Unidas para a Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal em Países em Desenvolvimento, Ministerio de Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Minambiente) e Sistema de Monitoramento Florestal e de Carbono (SMBByC), "[Causas de Degradación Forestal en Colombia: una primera aproximación](#)", 2018.
- 57 Agência de Investigação Ambiental, "[Condenando el Bosque](#)", junho de 2019.
- 58 Entrevista do InSight Crime por telefone com Rubén Darío Moreno Orjuela, Corporações Regionais Autônomas para o Desenvolvimento Sustentável de Risaralda, 12 de março de 2021.
- 59 Karla van Eynde e Tom Blomley, "[Causas de la ilegalidad de la madera en Colombia](#)", World Wildlife Fund (WWF), outubro de 2015.
- 60 Entrevista do InSight Crime por telefone com Rubén Darío Moreno Orjuela, Corporações Regionais Autônomas para o Desenvolvimento Sustentável de Risaralda, 12 de março de 2021.
- 61 InSight Crime, "Timber Trafficking in the Americas. An analysis of the trade based on the cases of Mexico, Honduras, Colombia and Peru", Março de 2020.
- 62 World Wildlife Fund e Global Forest and Trade Network, "[Maderas de Colombia](#)", 2013.
- 63 Karla van Eynde e Tom Blomley, "[Causas de la ilegalidad de la madera en Colombia](#)", World Wildlife Fund (WWF), outubro de 2015.
- 64 Ibidem.
- 65 Channing Mavrellis, "[Una mirada a la facturación fraudulenta y el comercio internacional de madera en Colombia](#)", Global Financial Integrity (GFI), abril de 2021.
- 66 Agência de Investigação Ambiental, "[The world's largest importer of illegal timber](#)".
- 67 Karla van Eynde e Tom Blomley, "[Causas de la ilegalidad de la madera en Colombia](#)", World Wildlife Fund (WWF), outubro de 2015.
- 68 Earthsight, "[Governor and businessmen in Colombia accused of land grabbing and illegal deforestation](#)", 8 de maio de 2019.
- 69 League Against Silence, "[Los campesinos que quieren apagar las motosierras en Guaviare](#)", Cerro Setenta, 22 de abril de 2020.
- Rodrigo Botero-García, Francisco López e Harold Ospino, "[Áreas protegidas amazónicas y sus servidores como víctimas del conflicto armado](#)", 2019.
- 70 Edinson Arley Bolaños, "[Petróleo, terratenientes y colonos: la disputa por la tierra en La Macarena](#)", El Espectador, 26 de fevereiro de 2020.
- 71 Agência de Investigação Ambiental, "[Condenando el Bosque](#)", junho de 2019.
- 72 Ibidem.
- 73 Ministério do Meio Ambiente da Colômbia, "[Corporaciones Autónomas Regionales](#)", 2021.
- 74 Ibidem.
- 75 Entrevista do InSight Crime por telefone com um especialista, 4 de junho de 2021.
- 76 Entrevista do InSight Crime por telefone com René López Camacho, Instituto Amazônico de Investigaciones Científicas (SINCHI), 4 de junho de 2021.
- 77 Entrevista do InSight Crime por telefone com Rubén Darío Moreno Orjuela, Corporações Regionais Autônomas para o Desenvolvimento Sustentável de Risaralda, 12 de março de 2021.
- 78 Agência de Investigação Ambiental, "[Condenando el Bosque](#)", junho de 2019.
- 79 Entrevista do InSight Crime por telefone com César Rey, especialista em florestas, 26 de maio de 2021.
- 80 InSight Crime and American University, "[Timber Mafias – Preying on Latin America's Forests](#)", InSight Crime, 18 de setembro de 2020.
- 81 InSight Crime, "[1st Front Dissidence \(Ex-FARC Mafia\)](#)," 13 de julho de 2019.
- 82 Semana Sostenible, "[Mafias pagan 5 millones de pesos por hectárea desforestada en el Meta](#)", 8 de julho de 2020.
- Relatórios feitos pelo InSight Crime para o governo colombiano durante o processo de paz, 2018.
- 83 Jeremy McDermott, "[The Future of the Ex-FARC Mafia](#)", InSight Crime, 11 de novembro de 2019.
- InSight Crime, "[Géner García Molina, alias 'John 40'](#)", 14 de junho de 2021.
- InSight Crime, "[Néstor Gregorio Vera Fernández, alias 'Iván Mordisco'](#)", 27 de outubro de 2019.
- InSight Crime, "[Miguel Botache Santillana, alias 'Gentil Duarte'](#)", 27 de outubro de 2019.
- 84 Javier Villalba e Angela Olaya, "[Allies in High Places Behind 'La Constru' Rise in Colombia](#)", InSight Crime, 5 de julho de 2019.

- 85 Entrevista do InSight Crime por telefone com a NPC Colômbia, 25 de maio de 2021.
- 86 Entrevista do InSight Crime por telefone com um especialista no setor florestal de uma organização internacional, 4 de junho de 2021.
- 87 Ibidem.
- 88 Rodrigo Botero-García, Francisco López e Harold Ospino, "[Áreas protegidas amazónicas y sus servidores como víctimas del conflicto armado](#)", 2019.
- 89 Semana Sostenible, "[Mafias pagan 5 millones de pesos por hectárea desforestada en el Meta](#)", Semana Sostenible, 8 de julho de 2020.
- 90 Jeremy McDermott, "[La nueva generación de narcotraficantes colombianos pós-FARC: 'Los Invisibles'](#)", InSight Crime, 14 de março de 2018.
- 91 Entrevista do InSight Crime por telefone com um representante do Conselho Florestal da Amazônia, 4 de junho de 2021.
- 92 Ibidem.
- Agência de Investigação Ambiental, "[Condenando el Bosque](#)", junho de 2019.
- 93 Procuradoria-Geral da República da Colômbia, "[40 capturados y judicializados en dos días de actividades contra la deforestación y la minería ilegal](#)", Procuradoria-Geral da República da Colômbia, 6 de fevereiro de 2021.
- 94 Katie Jones, "[Organized Crime and the Environment in Latin America: a fatal encounter](#)", InSight Crime, 3 de março de 2021.
- 95 BBC News, "[Gold price rises above \\$2,000 for first time](#)", BBC News, 5 de agosto de 2020.
- Katie Jones, "[Organized Crime and the Environment in Latin America: a fatal encounter](#)", InSight Crime, 3 de março de 2021.
- 96 James Bargent e Cat Rainsford, "[GameChangers 2019: illegal mining. Latin America's go-to criminal economy](#)", InSight Crime, 20 de janeiro de 2020.
- 97 InSight Crime, "[AUC](#)", 25 de maio de 2011.
- 98 Equipe Editorial do El Tiempo, "[La Mina De Oro De Los Paras](#)", El Tiempo, 5 de abril de 2004.
- 99 Ibidem.
- InSight Crime, "[ELN](#)", 27 de outubro de 2020.
- 100 Duvan Peñuela, "[La población rural vs. 'la locomotora minera'](#)", Universidade de Pedagogia da Colômbia. 2017.
- La Silla Vacía, "[El Legado Minero de Uribe](#)", 14 de outubro de 2010.
- 101 María Soledad Betancur, "[Minería del oro, Territorio y Conflicto en Colombia](#)", Heinrich-Böll Foundation (Heinrich-Böll-Stiftung), Germanwatch, Popular Training Institute (Instituto Popular de Capacitación – IPC) e Broederlijk Denle, novembro de 2019.
- 102 Environmental Systems Research Institute (ESRI), "[Minería ilegal en Colombia](#)".
- 103 Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC), "[Explotación de oro de Aluvi3n en Colombia 2019](#)", outubro de 2020.
- 104 Entrevista do InSight Crime com oficiais do Exército, Letícia, Amazonas, Colômbia, junho de 2019.
- 105 Ibidem.
- 106 Sistema Colombiano de Informa33o sobre Minera33o (SIMCO), "[Producci3n de Oro](#)".
- 107 Ibidem.
- 108 Rede de Informa33es Socioambientais Georreferenciadas da Amaz3nia (RAISG), "[Miner3a ilegal](#)", 2020.
- 109 Sebastián Rubiano Galvis, "[The Amazon Biome in the Face of Mercury Contamination](#)", World Wildlife Fund (WWF), 2019.
- 110 Ibidem.
- 111 Ibidem.
- 112 Yvette Sierra Praeli, "[Miner3a ilegal: la peor devastaci3n en la historia de la Amazon3a](#)", Mongabay, 17 de janeiro de 2019.
- 113 Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC), "[Explotaci3n de oro de Aluvi3n en Colombia 2019](#)", outubro de 2020.
- 114 Instituto Amaz3nico de Pesquisas Científicas (Sinchi), "[Miner3a impactos sociales en la Amazon3a](#)", 2019.
- 115 Sebastián Rubiano Galvis, "[The Amazon Biome in the Face of Mercury Contamination](#)", World Wildlife Fund (WWF), 2019.

- 116 Entrevista do InSight Crime com oficiais do Exército, Letícia, Amazonas, Colômbia. Junho de 2019
- 117 Instituto Amazônico de Pesquisas Científicas (Sinchi), "[Minería impactos sociales en la Amazonía](#)", 2019.
- 118 Ibidem.
- 119 Rede de Informações Socioambientais Georreferenciadas da Amazônia, "[Minería ilegal](#)", abril de 2021.
- 120 Ibidem.
- 121 Instituto Amazônico de Pesquisas Científicas (Sinchi), "[Minería impactos sociales en la Amazonía](#)", 2019.
- 122 Entrevista do InSight Crime com oficiais do Exército, Letícia, Amazonas, Colômbia, junho de 2019.
- 123 Ibidem.
- 124 Ibidem.
- 125 Ibidem.
- 126 James Bargent, "[Can Colombia's Mineral Registry Stop Illegal Gold Laundering?](#)", 23 de janeiro de 2015.
- 127 El Colombiano, "[El metal precioso va al exterior](#)", 2019.
- Procuradoria Geral da República da Colômbia, "[Desarticulada red de lavado de dinero a través de exportaciones de oro](#)", 16 de janeiro de 2015.
- 128 El Colombiano, "[El metal precioso va al exterior](#)", 2019.
- 129 Bram Ebus, "[Las medidas en contra de la minería ilegal en la Amazonía colombiana no son suficientes](#)", Mongabay, 2016.
- 130 Entrevista do InSight Crime com oficiais do Exército, Letícia, Amazonas, Colômbia, junho de 2019.
- 131 Ibidem.
- 132 Ibidem.
- 133 Entrevista do InSight Crime por telefone com especialista em crime ambiental trabalhando para uma autoridade judicial, 17 de novembro de 2021.
- 134 Verdad Abierta, "[Bloque Central Bolívar: una máquina de guerra con ideario político](#)", 22 de setembro de 2017.
- El Tiempo, "[La Mina De Oro De Los Paras](#)", 5 de abril de 2004.
- 135 Sebastián Rubiano Galvis, "[The Amazon Biome in the Face of Mercury Contamination](#)", Fundo Mundial para a animais silvestres, 2019.
- 136 Entrevista do InSight Crime com oficiais do Exército, Letícia, Amazonas, Colômbia, junho de 2019.
- 137 Indepaz, "[XII Informe presencia de grupos narcoparamilitares](#)", junho de 2017.
- Entrevista do InSight Crime com oficiais do Exército, Letícia, Amazonas, Colômbia, junho de 2019.
- 138 Sebastián Rubiano Galvis, "[The Amazon Biome in the Face of Mercury Contamination](#)", World Wildlife Fund (WWF), 2019.
- 139 Instituto Amazônico de Pesquisas Científicas (Sinchi), "[Minería impactos sociales en la Amazonía](#)", 2019.
- 140 Entrevista do InSight Crime com oficiais do Exército, Letícia, Amazonas, Colômbia, junho de 2019.
- 141 Sebastián Rubiano Galvis, "[The Amazon Biome in the Face of Mercury Contamination](#)", World Wildlife Fund (WWF), 2019.
- 142 Ibidem.
- 143 Entrevista do InSight Crime com oficiais do Exército, Letícia, Amazonas, Colômbia, junho de 2019.
- 144 Interpol, "[Wildlife Crime](#)".
- 145 Entrevista do InSight Crime por telefone com Fernando Trujillo, Diretor Científico da Fundación Omacha, 4 de junho de 2021.
- 146 BiodiversidadCo, "[Biodiversidad en Cifras](#)", 31 de agosto de 2019.
- 147 María Piedad Baptiste, "[Los 10+ Animales Traficados](#)", Instituto de Pesquisa de Recursos Biológicos - Alexander Von Humboldt.
- 148 Entrevista feita pelo InSight Crime por telefone com funcionário da Autoridade Nacional da Aquicultura e Pesca (AUNAP), 27 de maio de 2021.
- 149 Entrevista feita pelo InSight Crime por telefone com Dalila Caicedo Herrera, diretora executiva da Fundación Omacha, 1 de junho de 2021.
- 150 World Wildlife Fund (WWF), "[Estas son las 12 especies animales amenazadas en Colombia](#)", 30 de julho de 2020.
- 151 Entrevista feita pelo InSight Crime por telefone com Ángela Maldonado, ecologista e especialista em tráfico de animais silvestres na tríplice fronteira amazônica, 27 de outubro de 2020.

- 152 Entrevista feita pelo InSight Crime por telefone com Dalila Caicedo Herrera, diretora executiva da Fundación Omacha, 1 de junho de 2021.
- 153 Entrevista feita pelo InSight Crime por telefone com um funcionário da Fundação Ecológica Los Colibríes de Altaquer (FELCA), 5 de dezembro de 2020.
- 154 Entrevista feita pelo InSight Crime por telefone com Sam Shanee, Conservação de Primatas Neotropicais, 22 de outubro de 2020.
- 155 Entrevista feita pelo InSight Crime por telefone com a professora Claudia Brieva, 5 de novembro de 2020.
- Entrevista feita pelo InSight Crime por telefone com Carlos Andrés Galvis Rizo, biólogo-chefe da conservação do Zoológico de Cali, 25 de maio de 2021.
- 156 Entrevista feita pelo InSight Crime por telefone com Clara Lucía Sierra e Giovanni Andrés Ulloa Delgado, especialistas em conservação de animais silvestres, 26 de maio de 2021.
- 157 Entrevista feita pelo InSight Crime por telefone com Ángela Maldonado, ecologista e especialista em tráfico de animais silvestres na tríplice fronteira amazônica, 27 de outubro de 2020.
- 158 Ibidem.
- 159 Entrevista feita pelo InSight Crime por telefone com Fernando Trujillo, diretor científico da Fundación Omacha, 4 de junho de 2021.
- 160 Entrevista feita pelo InSight Crime por telefone com um jornalista especializado em animais silvestres, 21 de janeiro de 2021.
- 161 Entrevista feita pelo InSight Crime por telefone com Dalila Caicedo Herrera, diretora executiva da Fundación Omacha, 1 de junho de 2021.
- 162 Entrevista feita pelo InSight Crime por telefone com um funcionário da Autoridade Nacional da Aquicultura e Pesca (AUNAP), 27 de maio de 2021.
- 163 El Espectador, "[Incautan más de 1.300 tortugas que iban a ser traficadas bajo la modalidad de encomienda](#)", 16 de abril de 2019.
- 164 Centro de Estudos Avançados de Defesa (C4ADS), "LAC Trafficking," Apresentação, março de 2021. Parceria da USAID para redução de oportunidades para transporte ilegal de espécies ameaçadas (ROUTES), "[Decolando - Relatório Completo](#)", 2021.
- 165 Ibidem.
- 166 Ibidem.
- 167 Entrevista feita pelo InSight Crime por telefone com o ex-funcionário da Autoridade Nacional de Aquicultura e Pesca (AUNAP), 19 de janeiro de 2021.
- Entrevista feita pelo InSight Crime por telefone com funcionário da Autoridade Nacional para Aquicultura e Pesca (AUNAP), 27 de maio de 2021.
- 168 Entrevista feita pelo InSight Crime por telefone com Clara Lucía Sierra e Giovanni Andrés Ulloa Delgado, especialistas em conservação de animais silvestres, 26 de maio de 2021.
- 169 Entrevista feita pelo InSight Crime por telefone com Ángela Maldonado, ecologista e especialista em tráfico de animais silvestres na tríplice fronteira amazônica, 27 de outubro de 2020.
- Entrevista feita pelo InSight Crime por telefone com um jornalista de animais silvestres, 21 de janeiro de 2021.
- 170 Entrevista feita pelo InSight Crime por telefone com funcionário da Autoridade Nacional da Aquicultura e Pesca (AUNAP), 19 de janeiro de 2021.
- 171 Entrevista feita pelo InSight Crime por telefone com o Departamento do Interior dos Estados Unidos, 3 de fevereiro de 2021.
- 172 Ibidem.
- 173 Entrevista feita pelo InSight Crime por telefone com Sam Shanee, Conservação de Primatas Neotropicais, 22 de outubro de 2020.
- 174 Entrevista do InSight Crime com especialista em conservação de animais silvestres por telefone, 26 de outubro de 2020. Entrevista feita pelo InSight Crime por telefone com o funcionário da Nature Foundation, 9 de novembro de 2020.
- 175 Ibidem.
- Entrevista feita pelo InSight Crime por telefone com o Centro de Gestão do Meio Ambiente e Desenvolvimento (CIMAD), Bogotá, 10 de maio de 2021.
- 176 Entrevista feita pelo InSight Crime por telefone com Dalila Caicedo Herrera, diretora executiva da Fundación Omacha, 4 de junho de 2021.

- 177 Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID) e Centro de Estudos Avançados de Defesa (C4ADS), "[Country Profile: Colombia](#)".
- 178 Entrevista feita pelo InSight Crime por telefone com Ángela Maldonado, ecologista e especialista em tráfico de animais selvagens na tríplice fronteira amazônica, 27 de outubro de 2021.
- 179 As fazendas de criação desenvolveram novas abordagens para o manejo de animais selvagens. Elas foram criadas para promover a sustentabilidade e têm como objetivo trabalhar com as comunidades locais nesse sentido.
- Entrevista feita pelo InSight Crime por telefone com Ángela Maldonado, ecologista e especialista em tráfico de animais selvagens na tríplice fronteira amazônica, 27 de outubro de 2020.
- 180 Ibidem.
- 181 Ángel Batista, "[Tráfico de fauna silvestre: así está el problema en Colombia](#)", 22 de abril de 2021.
- 182 Katie Jones, "[Police in Brazil Net Mass Seizure of Ornamental Fish](#)", InSight Crime, 29 de março de 2021.
- 183 Ibidem.
- 184 Pesquisa Javeriana, "[Etiqueta: Peces ornamentales](#)", Pontificia Universidad Javeriana, 11 de junho de 2011.
- 185 Autoridade Nacional de Aquicultura e Pesca (AUNAP), "[Resolución 0380 del 5 de marzo de 2020](#)", 5 de março de 2020.
- Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico, "[Pesca e Aquicultura na Colômbia](#)", 2016.
- 186 Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico, "[Pesca e Aquicultura na Colômbia](#)", 2016.
- 187 Entrevista por telefone do InSight Crime com funcionário da Autoridade Nacional da Aquicultura e Pesca, 19 de janeiro de 2021.
- 188 Ibidem.
- 189 Gianella Tapullima, "[El mercado negro de los acuaristas del Amazonas](#)", Ojo Público, 14 de novembro de 2019.
- 190 Entrevista por telefone do InSight Crime com funcionário da Autoridade Nacional da Aquicultura e Pesca (AUNAP), 27 de maio de 2021.
- 191 Entrevista por telefone do InSight Crime com funcionário da Autoridade Nacional da Aquicultura e Pesca (AUNAP), 19 de janeiro de 2021.
- Entrevista por telefone do InSight Crime com o funcionário da Nature Foundation, 9 de novembro de 2020.
- Gianella Tapullima, "[El mercado negro de los acuaristas del Amazonas](#)", Ojo Público, 14 de novembro de 2019.
- 192 Entrevista por telefone do InSight Crime com funcionário da Autoridade Nacional da Aquicultura e Pesca (AUNAP), 27 de maio de 2021.
- 193 Ibidem.
- Entrevista por telefone do InSight Crime com funcionário da Autoridade Nacional da Aquicultura e Pesca (AUNAP), 19 de janeiro de 2021.
- Entrevista por telefone do InSight Crime com um funcionário sênior do Parques Nacionales Naturales de Colombia (PNN), 27 de maio de 2021.
- 194 Entrevista por telefone do InSight Crime com um funcionário sênior do Parques Nacionales Naturales de Colombia (PNN), 27 de maio de 2021.
- 195 Entrevista por telefone do InSight Crime com funcionário da Autoridade Nacional da Aquicultura e Pesca (AUNAP), 19 de janeiro de 2021.
- Entrevista por telefone do InSight Crime com funcionário da Autoridade Nacional da Aquicultura e Pesca (AUNAP), 27 de maio de 2021.
- 196 Ibidem.
- 197 Entrevista por telefone do InSight Crime com funcionário da Autoridade Nacional da Aquicultura e Pesca (AUNAP), 19 de janeiro de 2021.
- Entrevista por telefone do InSight Crime com um oficial sênior do Parques Nacionales Naturales de Colombia (PNN), 27 de maio de 2021.
- Entrevista por telefone do InSight Crime com Fernando Trujillo, diretor científico da Fundación Omacha, 4 de junho de 2021.
- Entrevista por telefone do InSight Crime com oficial da Autoridade Nacional para Aquicultura e Pesca (AUNAP), 27 de maio de 2021.
- 198 Entrevista por telefone do InSight Crime com o funcionário da Nature Foundation, 9 de novembro de 2020.
- 199 Entrevista por telefone do InSight Crime com o ex-funcionário da Autoridade Nacional de Aquicultura e Pesca (AUNAP), 19

de janeiro de 2021.

Entrevista por telefone do InSight Crime com funcionário da Autoridade Nacional para Aquicultura e Pesca (AUNAP), 27 de maio de 2021.

200 Entrevista por telefone do InSight Crime com o Departamento do Interior dos Estados Unidos, 3 de fevereiro de 2021.

201 Entrevista por telefone do InSight Crime com o ex-funcionário da Autoridade Nacional de Aquicultura e Pesca (AUNAP), 19 de janeiro de 2021.

Entrevista por telefone do InSight Crime com funcionário da Autoridade Nacional para Aquicultura e Pesca (AUNAP), 27 de maio de 2021.

202 Entrevista do InSight Crime com especialista em conservação de animais silvestres por telefone, 26 de outubro de 2020.

Entrevista por telefone do InSight Crime com Fernando Trujillo, diretor científico da Fundación Omacha, 4 de junho de 2021.

203 Entrevista por telefone do InSight Crime com Carlos Andrés Galvis Rizo, biólogo-chefe da conservação do Zoológico de Cali, 25 de maio de 2021.

Entrevista por telefone do InSight Crime com a professora Claudia Brieva, 5 de novembro de 2020.

204 Entrevista por telefone do InSight Crime com Fernando Trujillo, diretor científico da Fundación Omacha, 4 de junho de 2021.

205 Ibidem.

206 Madeleine Pérez Ojeda, palestrante na conferência on-line “Experiências no combate ao desmatamento”, 1º de dezembro de 2020.

207 Ibidem.

208 Ministério do Meio Ambiente da Colômbia, “[Corporaciones Autónomas Regionales](#)”, 2021.

209 Entrevista por telefone do InSight Crime com especialistas em florestas, 4 de junho de 2021.

210 Procuradoria Geral da Colômbia, “[Procuraduría adelanta 398 acciones que involucran a las Corporaciones Autónomas Regionales](#)”, 23 de julho de 2018.

211 Ibidem.

212 El Espectador, “[Ojo al relevo de poder en las CAR. la cuarta cueva de corrupción de Colombia](#)”, El Espectador, 3 de outubro de 2019.

Entrevista por telefone do InSight Crime com René López Camacho, professor e especialista em florestas, Universidad Distrital Francisco José de Caldas, 4 de junho de 2021.

213 Entrevista do InSight Crime por telefone com um especialista no setor florestal de uma organização internacional, 4 de junho de 2021.

214 Semana, “[Reforma a las CAR: dos propuestas para que dejen de ser fortines políticos](#)”, Semana, 13 de novembro de 2018.

215 El Tiempo, “[De nuevo se cayó proyecto de reforma de las CAR](#)”, 2 de julho de 2020.

Câmara dos Deputados da Colômbia, “[Reforma CARs](#)”, Câmara dos Deputados da Colômbia, 2019.

216 Senado da Colômbia, “[Proyecto de ley 'Por Medio De La Cual Se Modifica La Ley 99 De 1993. Se Establecen Mecanismos Para La Transparencia Y Gobernanza De Las CARs Y Se Dictan Otras Disposiciones'](#)”, 8 de abril de 2021.

217 Semana, “[Conozca el ranking de las mejores y peores CAR de Colombia](#)”, 27 de dezembro de 2020.

218 Entrevista do InSight Crime por telefone com René López Camacho, professor e especialista em silvicultura, Universidad Distrital Francisco José de Caldas, 4 de junho de 2021.

219 Entrevista do InSight Crime por telefone com um especialista em silvicultura, 25 de maio de 2021.

220 Entrevista do InSight Crime por telefone com um funcionário do Parques Nacionales Naturales de Colombia (PNN), 27 de maio de 2021.

221 Jerson Ortiz e Adelaida Ávila Cabrera, “[En Amazonas todo queda en familia](#)”, La Silla Vacía, 11 de julho de 2019.

222 Semana, “[Los 20 años de pleitos por la extraña venta de un predio en el Amazonas](#)”, Semana, 28 de fevereiro de 2019.

223 Corpoamazonia, “[Comunicado de opinión pública](#)”, 23 de fevereiro de 2018.

224 Entrevista do InSight Crime por telefone com um alto funcionário dos Parques Nacionales Naturales (PNN) da Colômbia, 27 de maio de 2021.

Entrevista do InSight Crime por telefone com um especialista em crimes ambientais, 27 de outubro de 2020.

- 225 Ibidem.
- 226 Ibidem.
- 227 Entrevista do InSight Crime por telefone com um especialista, 4 de junho de 2021.
- 228 Entrevista do InSight Crime por telefone com Rubén Darío Moreno Orjuela, Corporações Regionais Autônomas para o Desenvolvimento Sustentável de Risaralda, 12 de março de 2021.  
Agência de Investigação Ambiental, "[Condenando el Bosque](#)", junho de 2019.
- 229 Entrevista do InSight Crime por telefone com Rubén Darío Moreno Orjuela, Corporações Regionais Autônomas para o Desenvolvimento Sustentável de Risaralda, 12 de março de 2021.
- 230 Entrevista do InSight Crime por telefone com René López Camacho, professor e especialista em silvicultura, Universidad Distrital Francisco José de Caldas, 4 de junho de 2021.
- 231 Agência de Investigação Ambiental, "[Condenando el Bosque](#)", junho de 2019.
- 232 Entrevista por telefone do InSight Crime com Rubén Darío Moreno Orjuela, Corporações Regionais Autônomas para o Desenvolvimento Sustentável de Risaralda, 12 de março de 2021.
- 233 Entrevista do InSight Crime por telefone com um especialista em florestas, 4 de junho de 2021.
- 234 Entrevista por telefone do InSight Crime com um funcionário sênior dos Parques Nacionales Naturales de Colombia – PNN, 27 de maio de 2021. Entrevista por telefone do InSight Crime com especialista em tráfico de animais silvestres, 27 de outubro 2020.
- 235 Entrevista do InSight Crime por telefone com Fernando Trujillo, diretor científico da Fundación Omacha, 4 de junho de 2021.
- 236 Ibidem.
- 237 Entrevista do InSight Crime por telefone com Alejandra María Laina Agudelo, pesquisadora da equipe técnica sobre cumprimento da lei da Fundación para la Conservación y el Desarrollo Sostenible (FCDS), 7 de maio de 2021.
- 238 Ibidem.
- 239 Ibidem.
- 240 Ibidem.
- 241 Ibidem.
- 242 Ibidem.
- 243 Lara Loaiza e Chris Dalby, "[Crop Eradication vs. Substitution Doubts Crippling Colombia Rural Communities](#)", InSight Crime, 18 de março de 2019.
- 244 Entrevista do InSight Crime por telefone com especialistas em mineração, novembro de 2020.
- 245 Ibidem.
- 246 Ibidem.
- 247 Entrevista do InSight Crime por telefone com um representante do Conselho Florestal da Amazônia, 4 de junho de 2021.
- 248 Ibidem.
- 249 Entrevista do InSight Crime por telefone com Alejandra María Laina Agudelo, pesquisadora da equipe técnica sobre cumprimento da lei da Fundación para la Conservación y el Desarrollo Sostenible (FCDS), 7 de maio de 2021.
- 250 Mongabay, "[Pelea por la tierra: una guerra que se intensifica en el posconflicto de Colombia](#)", 3 de agosto de 2018.
- 251 Camilo Andrés Garzón, "[Los derechos de la naturaleza se sintonizan con la conciencia ambiental de nuestro tiempo](#)", La Silla Vacía, 14 de fevereiro de 2020.
- 252 [Ley 599 de 2000](#), Título XI, "[Delitos contra los recursos naturales y medio ambiente](#)".
- 253 Ibidem.
- 254 Ibidem.
- 255 Ibidem.
- 256 Câmara dos Deputados da Colômbia, "[Delitos Ambientales](#)", 2020.
- 257 Departamento Nacional de Planejamento, "[CONPES 4021](#)", 21 de dezembro de 2020.

- 258 Brigard Urrutia, "[New CONPES for reducing and controlling deforestation in Colombia](#)", Brigard Urrutia, 18 de janeiro de 2021.
- 259 María Alejandra Vélez, "[10 recomendaciones para frenar la deforestación](#)", La Silla Vacía, 9 de novembro de 2020.
- 260 Darío Martínez Jurado, "[El soft law en derecho administrativo y su control judicial en Colombia](#)", Revista Digital de Derecho Administrativo, Universidade Externado da Colômbia, 10 de maio de 2018.
- 261 Entrevista por telefone do InSight Crime com um especialista em animais silvestres, novembro de 2020.
- Congresso da Colômbia, "[Lei 17 de 1981](#)", 22 de janeiro de 1981.
- 262 James Bargent, "[Can Colombia's Mineral Registry Stop Illegal Gold Laundering?](#)" InSight Crime, 23 de janeiro de 2015.
- 263 Congresso da Colômbia, "[Lei 1658 de 2013](#)", 15 de julho de 2013.
- 264 Antonio José Paz Cardona, "[Colombia bans the use of mercury in mining](#)", Mongabay, 1º de agosto de 2018.
- 265 Ministério do Meio Ambiente da Colômbia, "[Colombia ratificó tratado global contra el mercurio](#)", 26 de agosto de 2019.
- 266 Ministério do Meio Ambiente da Colômbia, "[Resolução 1909 de 2017](#)", 14 de setembro de 2017.
- Entrevista por telefone do InSight Crime com Rubén Darío Moreno Orjuela, Corporação Regional Autônoma para o Desenvolvimento Sustentável de Risaralda, 12 de março de 2021.
- 267 Entrevista do InSight Crime por telefone com Rubén Darío Moreno Orjuela, Corporação Regional Autônoma para o Desenvolvimento Sustentável de Risaralda, 12 de março de 2021.
- 268 Ibidem.
- 269 Entrevista do InSight Crime por telefone com especialista em crime ambiental trabalhando para uma autoridade judicial na Colômbia, 17 de novembro de 2021.
- 270 Entrevista do InSight Crime por telefone com César Rey, especialista em florestas, 26 de maio de 2021.
- 271 Unidad de Información y Análisis Financiero (UIAF), "[Lavado de Activos](#)", 26 de novembro de 2018.
- 272 Governo da Colômbia, "[Con la puesta en marcha de la Campaña 'Artemisa', buscamos parar la hemorragia desforestadora que se ha visto nos últimos años no país: Presidente Duque](#)", 28 de abril de 2019.
- 273 Procuradoria-Geral da República da Colômbia, "[40 capturados y judicializados en dos días de actividades contra la deforestación y la minería ilegal](#)", 6 de fevereiro de 2021.
- 274 Juan Pablo Pérez B, "[La lucha contra la deforestación no ha logrado meterse en el ADN de los militares](#)", La Silla Vacía, 26 de fevereiro de 2021.
- 275 Juan Carlos Garzón Vergara, Catalina Riveros Gómez e Paula Andrea Tobo, "[Fuerzas Militares y la protección del ambiente: Roles, riesgos y oportunidades](#)", Fundación Ideas para la Paz (FIP), 17 de setembro de 2020.
- Katie Jones, "[Why South America's Armies Are Losing the War for the Amazon](#)", InSight Crime, 4 de maio de 2021.
- 276 Entrevista do InSight Crime por telefone com a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO), 21 de janeiro de 2021.
- 277 Katie Jones, "[Why South America's Armies Are Losing the War for the Amazon](#)", InSight Crime, 4 de maio de 2021.
- Daniel Pardo, "[La Macarena: la crisis que amenaza el mayor tesoro natural de Colombia \(ya miles de familias\)](#)", BBC Mundo, 28 de fevereiro de 2020.
- 278 Governo da Colômbia, "[Política de Defensa y Seguridad PDS](#)", janeiro de 2019.
- 279 Ibidem.
- 280 Carlos Vargas, "[Colombia, Peru may centralize purchase of gold to combat crime, environmental destruction](#)", Reuters, 2 de março de 2021.
- 281 Ibidem.
- 282 Embaixada da Colômbia no Peru, "[Declaración de Pucallpa: Con ocasión del Encuentro Presidencial y V Gabinete Binacional Peru-Colômbia](#)", 27 de agosto de 2019.
- 283 Antonio José Paz Cardona, "[Pacto de Leticia: esto fue lo que acordaron siete países para proteger la Amazonía](#)", Mongabay, 9 de setembro de 2019.
- Governo da Colômbia, "[Este martes, el Presidente Iván Duque lidera junto ao Mandatario de Perú, Martín Vizcarra, la II Cumbre Presidencial por la Amazonía](#)", 10 de agosto de 2020.

- 284 Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), [“Regional Agreement on Access to Information, Public Participation and Justice in Environmental Matters in Latin America and the Caribbean”](#), agosto de 2018.
- Global Witness, [“Defending Tomorrow”](#), 29 de julho de 2020.
- 285 El Tiempo, [“Acuerdo de Escazú: la deuda ambiental del Congreso”](#), 26 de março de 2021.
- 286 Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), [“Due diligence in Colombia’s gold supply chain”](#), OCDE, 19 de abril de 2018.
- 287 Ibidem.
- 288 Global Financial Integrity, [“The Gold Standard: Addressing Illicit Financial Flows in the Colombian Gold Sector through Greater Transparency”](#), 10 de fevereiro de 2021.
- 289 Bnamericas, [“Colombia to focus on illegal mining, formalization of small miners in 2021”](#), 2 de março de 2021.
- 290 Greenpeace European Unit, [“Joint NGO briefing on EU forest & ecosystem law”](#), 6 de maio de 2021.
- 291 Europa Press, [“La UICN alerta de que la deforestación de la Amazonía en Colombia es peor que en Brasil”](#), 16 de novembro de 2020.
- 292 Global Witness, [“Defending Tomorrow”](#), Global Witness, 29 de julho de 2020.
- 293 Ibidem.
- 294 Ibidem.
- 295 Front Line Defenders, [“Análise Global da Front Line Defenders 2020”](#), Front Line Defenders, fevereiro de 2021.
- 296 Maria Fernanda Lizcano, [“Over half of global environmental defender murders in 2020 in Colombia: report”](#), Mongabay, 2 de março de 2021.
- 297 Ministério do Meio Ambiente da Colômbia, [“Forestería Comunitaria”](#), 2021.
- 298 Bnamericas, [“Colombia small-scale miners miss formalization deadline”](#), Bnamericas, 29 de dezembro de 2017.
- 299 Ibidem.
- 300 Ibidem.
- 301 Taran Volckhausen, [“Land grabbing, cattle ranching ravage Colombian Amazon after FARC demobilization”](#), Mongabay, 30 de maio de 2019.
- 302 Katie Jones, [“Organized Crime and the Environment in Latin America: A Fatal Encounter”](#), InSight Crime, 3 de março de 2021.
- 303 Bjorn Kjelstad e Felipe Puerta, [“How Organized Crime Profits from Deforestation in Colombia”](#), InSight Crime, 7 de janeiro de 2019.
- 304 Katie Jones, [“Organized Crime and the Environment in Latin America: A Fatal Encounter”](#), InSight Crime, 3 de março de 2021.
- 305 Ibidem.
- 306 Entrevista do InSight Crime por telefone com especialistas em mineração, novembro de 2020.
- 307 Earthsight, [“Governor and businessmen in Colombia accused of land grabbing and illegal deforestation”](#), Earthsight, 8 de maio de 2019.
- Mongabay Latin America, [“Pelea por la tierra: una guerra que se intensifica en el posconflicto de Colombia”](#), 3 de agosto de 2018.
- Entrevista do InSight Crime por telefone com Alejandra María Laina Agudelo, consultora de planejamento da Fundación para la Conservación y el Desarrollo Sostenible (FCDS), 7 de maio de 2021.
- 308 Agência de Investigação Ambiental, [“Condenando el Bosque”](#), junho de 2019.
- Entrevista por telefone do InSight Crime com Alejandra María Laina Agudelo, pesquisadora da equipe técnica sobre cumprimento da lei da Fundación para la Conservación y el Desarrollo Sostenible (FCDS), 7 de maio de 2021.
- 309 Procuradoria-Geral da República da Colômbia, [“40 capturados y judicializados en dos días de actividades contra la deforestación y la minería ilegal”](#), Procuradoria-Geral da República da Colômbia, 6 de fevereiro de 2021.
- Daniel Pardo, [“La Macarena: la crisis que amenaza el mayor tesoro natural de Colombia \(ya miles de familias\)”](#), BBC Mundo, 28 de fevereiro de 2020.

- 310 Governo da Colômbia, "[Política de Defensa y Seguridad PDS](#)", janeiro de 2019.
- 311 Ministério do Meio Ambiente da Colômbia, "[Forestería Comunitaria](#)", 2021.
- 312 O XyloTron, baseado em técnicas de inteligência artificial, extrai características anatômicas macroscópicas de uma amostra de madeira e compara essas características informações sobre espécies florestais contidas em um banco de dados digital.
- 313 Governo da Colômbia, "[Política de Defensa y Seguridad PDS](#)", janeiro de 2019.
- 314 Departamento Nacional de Planejamento, "[CONPES 4021](#)", 21 de dezembro de 2020.
- 315 Ibidem.
- 316 Entrevista do InSight Crime por telefone com um especialista em crime ambiental que trabalha para uma autoridade judicial na Colômbia, 17 de novembro de 2021.
- 317 Antonio José Paz Cardona, "[Colombia bans the use of mercury in mining](#)", Mongabay Latin America, 1º de agosto de 2018.



O Instituto Igarapé é um think and do tank independente focado nas áreas de segurança pública, climática e digital e suas consequências para a democracia. Seu objetivo é propor soluções e parcerias para desafios globais por meio de pesquisas, novas tecnologias, comunicação e influência em políticas públicas. O Instituto trabalha com governos, setor privado e sociedade civil para desenhar soluções baseadas em dados. Fomos premiados como a melhor ONG de Direitos Humanos no ano de 2018 e melhor think tank em política social pela Prospect Magazine em 2019.

Saiba mais sobre o programa de segurança climática do Instituto Igarapé em [igarape.org.br/temas/seguranca-climatica/](http://igarape.org.br/temas/seguranca-climatica/).

A InSight Crime é uma organização sem fins lucrativos dedicada ao estudo da principal ameaça à segurança nacional e cidadã na América Latina e no Caribe: o crime organizado. Por uma década, a InSight Crime atravessou fronteiras e instituições - unimos o jornalismo e recursos acadêmicos - para aprofundar o debate e informar sobre o crime organizado nas Américas. Relatórios locais, pesquisas cuidadosas e investigações impactantes são marcas da organização desde o início.

Para saber mais sobre a cobertura sobre crimes ambientais, acesse: [insightcrime.org/indepth/environmental-crime/](http://insightcrime.org/indepth/environmental-crime/).

Apoio:



### **Layout e Arte de capa**

Stephanie Gonçalves

### **Direção Criativa**

Raphael Durão - [STORMdesign.com.br](http://STORMdesign.com.br)

## **Instituto Igarapé**

Rio de Janeiro - RJ - Brasil  
Tel/Fax: +55 (21) 3496-2114  
contato@igarape.org.br  
facebook.com/institutoigarape  
twitter.com/igarape\_org  
instagram.com/igarape\_org/

**[www.igarape.org.br](http://www.igarape.org.br)**

## **InSight Crime**

info@insightcrime.org  
facebook.com/InSightCrime  
twitter.com/insightcrime

**[www.insightcrime.org](http://www.insightcrime.org)**

